AUGUSTO CÉZAR LUKASCHECK PRADO

**Exceções no Direito Civil:
contribuições para uma sistematização**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ORIENTADOR: PROFESSOR DR. ALCIDES TOMASETTI JR.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO – SP

2019

AUGUSTO CÉZAR LUKASCHECK PRADO

**Exceções no Direito Civil:
contribuições para uma sistematização**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Civil, sob a orientação do Professor Dr. Alcides Tomasetti Jr.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
SÃO PAULO – SP**

2019

Catálogo na Publicação
Serviço de Processos Técnicos da Biblioteca da
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Prado, Augusto César Lukascheck

Exceções no Direito Civil: contribuições para uma sistematização
/ Augusto César Lukascheck Prado -- São Paulo, 2019.

375 p. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito,
Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Orientador: Alcides Tomasetti Junior.

1. Direito Civil. 2. Dogmática geral. 3. Categoria eficaz. 4.
Exceções. I. Tomasetti Junior, Alcides, orient. II. Título.

Nome: PRADO, Augusto César Lukascheck

Título: Exceções no direito civil: contribuições para uma sistematização

Dissertação apresentada à Faculdade de
Direito da Universidade de São Paulo como
exigência parcial para a obtenção do título de
Mestre em Direito.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

“Não existe triunfo sem perda, não há vitória sem sofrimento, não há liberdade sem sacrifício.” (J.R.R. Tolkien)

RESUMO

PRADO, Augusto César Lukascheck. **Exceções no direito civil**: contribuições para uma sistematização. 2019. 375 p. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

A presente dissertação tem por objetivo o estudo da Teoria das Exceções, categoria eficaz que integra o conteúdo de determinadas relações jurídicas. A pesquisa, que constitui trabalho de direito brasileiro, utilizou o método dedutivo e examinou: a) o papel atribuído às exceções no contexto do direito de defesa; b) o nascimento e a evolução da categoria no direito romano; c) as premissas para a delimitação técnico-jurídica do conceito de exceção; d) as suas várias espécies; e e) a distinção da exceção de outras figuras afins. O estudo demonstrou o pertencimento das exceções ao Direito Privado Material, a sua imprescritibilidade, a natureza jurídica de poder em sentido estrito da referida categoria eficaz, posição jurídica subjetiva ativa elementar derivada de normas secundárias ou de competência, concluindo pela manutenção da utilidade técnica e científica do conceito de exceção.

Palavras-chave: Direito Civil. Dogmática geral. Categoria eficaz. Exceções.

ABSTRACT

PRADO, Augusto César Lukascheck. **Exceptions in civil law**: contributions to systematiation. 2019. 375 p. Dissertation (Master) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

This dissertation studies the Theory of Exceptions, an efficacy category that belongs to certain legal relations. The research, circumscribed to Brazilian Legal System, by means of a deductive method has examined: a) the role of exceptions in the context of the right to defense; b) the rise and evolution of the category in Roman Law; c) the requirements to the technical-legal circumscription of the concept “exception”; d) its several species; and e) the distinction between exception and other related concepts. The study demonstrates the suitability of exception in Material Private Law, its imprescriptibility, the legal nature of the power of the efficacy category, its elementary active subjective legal position derived of secondary or competence norms; concluding with a defense of the technical and scientific utility of the concept “exception”.

Keywords: Private Law. General Dogmatic. Efficacy Category. Exceptions.

SUMÁRIO

PRÓLOGO	9
1 METODOLOGIA DA PESQUISA	13
2 INTRODUÇÃO.....	17
3 A EXCEÇÃO SUBSTANCIAL NA TEORIA GERAL DA RELAÇÃO JURÍDICA	27
3.1 Apontamentos acerca da Teoria da Relação Jurídica	27
3.2 As exceções substanciais como conteúdo de relações jurídicas.....	45
4 A EXCEÇÃO SUBSTANCIAL E A IMPORTÂNCIA DO DIREITO DE DEFESA.....	57
5 A <i>EXCEPTIO</i> NO DIREITO ROMANO.....	67
5.1 A <i>exceptio</i> no período do processo formulário	67
5.2 A <i>exceptio</i> no período da <i>extraordinaria cognitio</i>	109
6 AS DIVERSAS ACEPÇÕES DO TERMO EXCEÇÃO	121
7 FUNDAMENTOS DAS EXCEÇÕES SUBSTANCIAIS.....	127
7.1 A exceção substancial como categoria de direito privado material.....	127
7.1.1 <i>O problema da qualificação</i>	128
7.1.2 <i>A qualificação da exceção substancial como categoria eficaz de Direito Privado Material</i>	130
7.2 Utilidade técnica e científica do conceito de exceção substancial	146
8 CONCEITO JURÍDICO DAS EXCEÇÕES SUBSTANCIAIS.....	179
8.1 A acentuada influência e continuidade históricas	179
8.2 As exceções substanciais no Direito Alemão.....	185
8.3 As exceções substanciais no Direito Italiano: a polêmica Chiovenda-Carnelutti-Cappelletti-Liebman	202
8.3.1 <i>A concepção de Giuseppe Chiovenda</i>	203
8.3.2 <i>A oposição de Francesco Carnelutti</i>	205
8.3.3 <i>A crítica de Mauro Cappelletti e a resposta de Francesco Carnelutti</i>	207
8.3.4 <i>A resposta de Enrico Tullio Liebman</i>	211
8.4 A condição de demandado.....	213
8.5 A eficácia das exceções substanciais	219
8.6 O nascimento das exceções substanciais	225

8.7 A natureza jurídica das exceções substanciais	230
<i>8.7.1 As exceções substanciais como direito potestativo</i>	<i>230</i>
<i>8.7.2 As exceções substanciais como potestà</i>	<i>234</i>
<i>8.7.3 As exceções substanciais como contradireito</i>	<i>238</i>
<i>8.7.4 As exceções substanciais como poder em sentido estrito</i>	<i>242</i>
8.8 Conclusão parcial: delimitação do conceito de exceção	249
9 CLASSIFICAÇÃO DAS EXCEÇÕES SUBSTANCIAIS.....	251
9.1 Exceções dilatórias e peremptórias	251
9.2 Exceções dependentes e independentes.....	264
9.3 Exceções pessoais (<i>in personam</i>) e impessoais (<i>in rem</i>).....	269
9.4 <i>Exceptio facti</i> e <i>exceptio iuris</i>	272
10 EXCEÇÃO SUBSTANCIAL E FIGURAS AFINS	275
10.1 Exceção processual e exceção substancial	275
10.2 Objeção substancial e exceção substancial	286
10.3 Oposição e exceção substancial.....	301
10.4 Reconvenção e exceção substancial	304
10.5 Pedido contraposto e exceção substancial	310
11 A PRESCRITIBILIDADE DAS EXCEÇÕES SUBSTANCIAIS	311
11.1 A influência do tempo sobre as relações jurídicas	312
11.2 Fundamento da prescrição.....	313
11.3 Natureza jurídica da prescrição	315
11.4 Conceito de prescrição.....	317
11.5 A prescrição das exceções substanciais.....	326
12 CONCLUSÃO	339
REFERÊNCIAS.....	345
ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA CITADA	373

PRÓLOGO

Esta Dissertação é, para o autor, fruto da inspiração e dos ensinamentos que lhe foram transmitidos, sobretudo, por três de seus Mestres durante os anos de graduação e mestrado percorridos nas Arcadas da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco: Professor Alcides Tomasetti Jr., Professor Alberto Schützer Del Nero e Professor Otavio Luiz Rodrigues Junior.

De fato, como consequência direta dessa influência, é possível observar que o presente estudo caminha alicerçado em três premissas teóricas fundamentais.

Em primeiro lugar, deve-se destacar que o trabalho é, declaradamente, influenciado pela doutrina jurídica de Pontes de Miranda, cuja leitura é indispensável para aquele que pretende compreender os fundamentos do direito civil brasileiro, procurando-se desenvolver o texto, desse modo, sob a ótica das concepções formuladas pelo referido autor.

Não bastasse o caráter fundante da obra ponteana, deve-se observar que o presente estudo, por tratar, especificamente, das exceções substanciais, funda-se, essencialmente, no plano da eficácia do mundo jurídico, inexistindo autor nacional que tenha desenvolvido estudo da eficácia jurídica no nível de profundidade e de completude da análise realizada por Pontes de Miranda.

Em segundo lugar, como consectário lógico da premissa anterior, reserva-se à relação jurídica – cujo desenvolvimento, no campo da técnica jurídica, é tributário da obra de Friedrich Carl Freiherr von Savigny¹ - papel de destaque, reconhecendo-se nela uma das

¹ Optou-se por essa grafia do nome de Friedrich Carl Freiherr von Savigny em atenção às observações de Otavio Luiz Rodrigues Jr.: “São necessários dois esclarecimentos quanto ao nome de Friedrich Carl Freiherr von Savigny. Nas edições do século XIX, a grafia de seu segundo prenome é *Carl*, com a letra “c”. É comum, todavia, encontrar-se a grafia com “k”, *Karl*. No portal da Universidade Humboldt de Berlim, sucessora da instituição que ele ajudou a fundar, seu nome aparece grafado desse modo, que é mais moderno do que Carl. Nesta tese optou-se pelo uso do prenome Carl, seguindo-se a grafia do século XIX. O segundo esclarecimento diz respeito a *Freiherr*, traduzível para a língua portuguesa como ‘barão’. Esse nome não é um apelido de família, mas o designativo de um título de nobreza. Com a abolição da monarquia na Alemanha, os títulos nobiliárquicos incorporaram-se ao nome de seus portadores, ao contrário do que ocorreu com a Áustria, após o fim da monarquia dual, que proibiu o uso de designativos de nobreza. Manteve-se o *Freiherr* em atenção às normas vigentes na Alemanha” (RODRIGUES JÚNIOR, Otavio Luiz. **Direito Civil Contemporâneo**: estatuto epistemológico, constituição e direitos fundamentais. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019. p. 2).

noções fundamentais do Direito², instrumento indispensável para a compreensão do sistema jurídico, máxime civilista.

Como a concepção de relação jurídica está intimamente ligada a de direito (em sentido) subjetivo³, representando este, em verdade, um elemento da estrutura interna daquela⁴, adota-se uma específica concepção dogmática de direito (em sentido) subjetivo, tomado como posição jurídica subjetiva ativa complexa, isto é, como um “conjunto unitário e unificante de posições jurídicas elementares”⁵, indicando, com grande poder sintetizante, um “conjunto de faculdades, pretensões, poderes formativos, e imunidades, que se acham em coligação habitual e constante sob a titularidade de um determinado sujeito”⁶.

Confere-se destaque, portanto, além do aspecto relacional do fenômeno jurídico, ao seu aspecto normativo, por se entender que “a organização social e a intersubjetividade

² PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de Direito Privado**: pessoas físicas e jurídicas. Atual. por Judith Martins-Costa, Gustavo Haical e Jorge Cesar Ferreira da Silva. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. t. 1. p. 19.; LEVI, Alessandro. **Teoria enérale del Diritto**. 2. ed. Padova: CEDAM, 1967. p. 11 e 28.; LARENZ, Karl. **Derecho Civil**: parte general. Tradución Miguel Izquierdo y Macías-Picavea, Madrid: Editorial Revista de Derecho Privado, 1978. p. 245.; VILANOVA, Lourival. **As estruturas lógicas e o sistema do direito positivo**. 4. ed. São Paulo: Noeses, 2010. p. 30.

³ Utiliza-se a expressão “direito (em sentido) subjetivo, atendendo à observação sempre lançada por Alcides Tomasetti Jr. no sentido de que o Direito é um só, é unitário, podendo ser entendido, no entanto, por comodidade da análise, em sentido objetivo ou subjetivo: “A macroestrutura (= sistema) pela qual se integra o ordenamento jurídico, muito mais se complexifica e se enriquece a cada incidência, pois essas permanência dinâmica mediante auto-regulação e autotransformação, de modo que pode sustentar-se que as expressões “direito objetivo” e “direito subjetivo” apontam para o mesmo objeto lógico (isto é, ao direito-ordenamento), privilegiando-se, ora a só perpectivação lógico-objectual, ora o mesmo objeto depois da incidência das normas que o constituem, de sorte a já poder saber-se a que situação, concretamente, aquelas normas colheram, e a quais pessoas, subjetivamente, atribuíram posições jurídicas ativas (em especial “direitos subjetivos”), e impuseram posições jurídicas passivas (ditas, sem técnica alguma, “obrigações”)” (TOMASETTI JÚNIOR, Alcides. Comentário ao Recurso de Apelação n. 212.726-1/8. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 723, n. 85, jan. 1996. p. 212.). No mesmo sentido, Pedro Pais de Vasconcelos afirma que “o Direito pode ser entendido em sentido objectivo e em sentido subjectivo. Por comodidade de expressão designa-se o primeiro por direito objectivo e o segundo por direito subjectivo” (VASCONCELOS, Pedro Pais de. **Teoria Geral do Direito Civil**. 3. ed. Coimbra: Almedina, 2005. p. 641). No direito nacional, por todos, menciona-se Lourenço Trigo de Loureiro, que também ressalta essa unidade do Direito: LOUREIRO, Lourenço Trigo de. **Instituições de Direito Civil Brasileiro**. 5. ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1884. t. 1. p. 9.

⁴ VON TUHR, Andreas. **Derecho Civil**: teoria general del Derecho Civil aleman. Tradução Tito Ravà. Buenos Aires: DEPALMA, 1946. v. 1. p. 158-159.; PINTO, Carlos Alberto da Mota. **Teoria Geral do Direito Civil**. 3. ed. atual. Coimbra: Coimbra, 1986. p. 168-169.; NAVES, Bruno Torquato de Oliveira. **O direito pela perspectiva da autonomia privada**: relação jurídica, situações jurídicas e teoria do fato jurídico na segunda modernidade. 2. ed. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2014. p. 5.

⁵ TOMASETTI JÚNIOR, Alcides. Comentários aos arts. 1º a 13 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991. In: OLIVEIRA, Juarez de (coord). **Comentários à lei de locações de imóveis urbanos**. São Paulo: Saraiva, 1992. p. 2-172. p. 81.

⁶ LUMIA, Giuseppe. **Lineamenti di teoria e ideologia del diritto**. 3. ed. Milano: Giuffrè, 1981. p. 102-123. Tradução para o português com adaptações e modificações por TOMASETTI JÚNIOR, Alcides. **Teoria da relação jurídica**. 1999. mimeo, p. 10.

são condições necessárias para que se configure uma ordem jurídica, ao passo que só a normatividade é condição necessária e suficiente – fundamental, portanto”⁷.

Reconhece-se, assim, a importância das modalidades normativas lógico-deônticas, na busca de conferir à experiência jurídica compreensão mais adequada e precisa, ante a insuficiente e tradicional construção das relações jurídicas a partir dos correlativos conceitos de “direito” e “dever”, que, além de serem tidos como entidades excessivamente metafísicas, o que dificulta o tratamento de problemas jurídicos concretos, acabam abarcando, de modo ambíguo, modalidades normativas muito diversas e heterogêneas⁸.

De tais considerações, decorre a terceira e última premissa teórica a fundamentar a presente pesquisa.

Com efeito, o tema das exceções substanciais pertence ao direito material, inserto, tradicionalmente, na Teoria Geral do Direito Civil, de modo que a presente Dissertação, ao tratar da matéria sob o enfoque civilista, procura reforçar a autonomia epistemológica desse ramo do direito, sobretudo diante das seguidas tentativas de outros ramos da Ciência Jurídica, notadamente do Direito Público, de avançar sobre esta seara⁹. De fato, tendo por fundamento a autonomia privada, o Direito Civil desenvolveu “uma metódica própria, com princípios autônomos e finalidades diferenciadas”, de modo que “os problemas que o Direito Civil enfrenta e resolve são estruturalmente diversos daqueles do Direito Público, ainda que haja algumas aproximações eventuais”¹⁰.

Nesse contexto, o estudo acerca da Teoria da Relação Jurídica, bem como a adoção daquela específica noção de direito (em sentido) subjetivo têm por escopo sustentar a inserção das exceções substanciais no quadro dos grandes temas de Dogmática Geral do Direito Privado, sendo certo, ademais, que por meio do instrumental teórico desenvolvido

⁷ DEL NERO, João Alberto Schützer. Considerações sobre a eficácia do registro, efetuado em registro público material e territorialmente competente, de negócios jurídicos de obrigação e de certos negócios jurídicos de disposição [...]. **Revista de direito mercantil, industrial, econômico e financeiro**, São Paulo, v. 53. n. 166/167, p. 219-71, ago./jul. 2013/2014.; BOBBIO, Norberto. **Teoria da norma jurídica**. Tradução Fernando Pavan Baptista e Ariani Bueno Sudatti. 5. ed. rev. São Paulo: EDIPRO, 2012. p. 43-45.

⁸ DEL NERO, João Alberto Schützer. Considerações sobre a eficácia do registro, efetuado em registro público material e territorialmente competente, de negócios jurídicos de obrigação e de certos negócios jurídicos de disposição [...]. **Revista de direito mercantil, industrial, econômico e financeiro**, São Paulo, v. 53. n. 166/167, p. 219-71, ago./jul. 2013/2014. Sobre o tema, consultar, ainda: ROSS, Alf. **Direito e Justiça**. 2. ed. São Paulo: Edipro, 2007. p. 200.; ROSS, Alf. “Tû-Tû”. **Revista da Consultoria-Geral do Estado**. v. 5. n. 13. p. 11-26. Porto Alegre: Instituto de Informática Jurídica, dez. 1975.

⁹ SERPA LOPES, Miguel Maria de. **Exceções substanciais**: exceção de contrato não cumprido (*exceptio non adimpleti contractus*). Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1959. p. 5.

¹⁰ RODRIGUES JUNIOR., Otavio Luiz. **Direito Civil Contemporâneo**: estatuto epistemológico, constituição e direitos fundamentais. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019. p. 340-341.

será possível elaborar, ainda, contribuição à sistematização das exceções de direito material.

Aliou-se a estas premissas a escassa atenção que a Teoria das Exceções vem tendo na doutrina civilista nacional¹¹, não obstante a sua indispensabilidade para a correta compreensão do sistema jurídico¹², notadamente do exercício dos direitos e do direito de defesa (em sentido amplo), sendo abundantes, portanto, os problemas suscitados pela matéria demandantes de solução¹³.

Este trabalho constitui, portanto, a partir dos marcos teóricos fixados, o resultado de investigação sobre a categoria eficaz¹⁴ das exceções substanciais, buscando-se, sistematicamente, identificar os conceitos e os mecanismos fundamentais que regem o respectivo exercício, expondo-os em sua generalidade, de modo a contribuir para desvendar elementos para uma interpretação coerente da Teoria das Exceções.

¹¹ RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz. Exceções no Direito Civil: um conceito em busca de um autor?. **Prescrição e Decadência**: estudos em homenagem ao professor Agnelo Amorim Filho. JusPodivm, 2013. p. 411.; SERPA LOPES, Miguel Maria de. **Exceções substanciais**: exceção de contrato não cumprido (*exceptio non adimpleti contractus*). Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1959. p. 6.

¹² PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de Direito Privado**: exceções, direitos mutilados, exercício dos direitos, pretensões, ações e exceções, prescrição. Atualizado por Otavio Luiz Rodrigues Junior, Tilman Quarch e Jefferson Carús Guedes. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. t. 6. p. 69.

¹³ Pontes de Miranda, com efeito, introduz as exceções de direito material ao lado dos direitos, pretensões e ações como técnica utilizada, pelo sistema jurídico, para a tutela de interesses, de modo que “por eles e com eles, realiza-se a política de se deixar aos indivíduos o cuidar dos direitos que têm, dos bens que lhes tocam” (PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de Direito Privado**: eficácia jurídica, direitos e ações. Atual. por Marcos Bernardes de Mello e Marcos Ehrhardt Jr. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. t. 5. p. 293).

¹⁴ Trata-se, a rigor, de categoria eficaz ou de figura jurídica e não de instituto jurídico.

1 METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente capítulo tem por objetivo indicar tópicos acerca da metodologia empregada, abordando: a) os aspectos materiais e objetivos e b) os aspectos formais da pesquisa.

No que diz respeito aos aspectos materiais e objetivos utilizou-se, sobretudo, o método dedutivo, partindo-se tanto de fontes primárias quanto secundárias.

Quanto às primeiras, o estudo perpassa, com maior ou menor intensidade, pelo exame de dispositivos do Código Civil brasileiro de 1916, do Código Civil brasileiro de 2002, do Código Civil alemão (*Bürgerliches Gesetzbuch*), do Código Civil italiano (*Codice Civile*), do Código de Processo Civil brasileiro de 1939, do Código de Processo Civil brasileiro de 1973, do Código de Processo Civil brasileiro de 2015, do Código de Processo Civil italiano (*Codice di Procedura Civile*), do Código de Processo Civil da Alemanha (*Zivilprozessordnung*), do Código de Defesa do Consumidor (CDC) e da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Quanto às segundas, a pesquisa baseou-se na revisão da literatura, que compreendeu livros, teses e artigos nas línguas portuguesa, inglesa, espanhola, italiana e em latim. Sempre que possível optou-se pela consulta aos originais, cotejando-os, quando necessário, com traduções para outros idiomas.

Deve-se observar, ainda, que, na presente Dissertação, por constituir trabalho de direito brasileiro, prevalece, em boa parte do texto, a citação da literatura jurídica nacional, sem que isso represente, no entanto, qualquer desprestígio às fontes estrangeiras, sempre referenciadas, seja como suporte às conclusões alcançadas, seja tendo em vista a presença de aspectos de teoria geral também desenvolvidos em outros países, seja, ainda, para evidenciar as influências histórico-dogmáticas sofridas pelo direito brasileiro.

No que tange aos aspectos formais, procurou-se, dentro das possibilidades, consultar as últimas edições de cada obra atualizadas pelo próprio autor, com o escopo de se evitar encambulhar aquilo que pertence originariamente ao seu pensamento jurídico e aquilo que é fruto dos esforços intelectuais dos atualizadores. Em casos específicos, optou-se, deliberadamente, por obras atualizadas, tendo em vista a integral preservação do texto original.

Na grande maioria dos casos, as citações à literatura estrangeira foram realizadas mediante tradução ou paráfrase no corpo do texto, mantendo em notas de rodapé o texto original para conferência do leitor interessado.

No que diz respeito às regras ortográficas, respeitou-se, quanto aos textos escritos em língua portuguesa, a grafia original, sem levar em consideração a última Reforma Ortográfica em vigor desde 1º de janeiro de 2016.

As referências bibliográficas estão arroladas ao final da Dissertação em ordem alfabética, incluindo-se nessas tão somente as obras efetivamente citadas ao longo do texto, embora outras possam ter sido consultadas.

O acesso às fontes deu-se por meio de pesquisa, em diferentes períodos, nas Bibliotecas da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, do Ministério da Justiça, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, da Câmara Legislativa do Distrito Federal, da Advocacia Geral da União, da Procuradoria Geral da República, do Tribunal de Contas do Distrito Federal, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do Superior Tribunal Militar, do Tribunal Superior do Trabalho e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, as quais permitem o acesso simultâneo à Rede Virtual de Bibliotecas Institucionais – RVBI.

Para alguns artigos, o acesso se deu pelo portal HeinOnline (<http://heinonline.org/>). Nessas citações, não se utilizou notações específicas para textos eletrônicos por se considerar que “a consulta se deu à obra original, embora com um suporte físico diferente da celulose”¹⁵.

As citações de precedentes jurisprudenciais, tendo em vista a ampla digitalização dos acervos dos tribunais, foi realizada por meio de indicação de todos os elementos identificadores fornecidos pelo próprio repositório eletrônico. Quanto ao ponto, evitou-se, sempre que possível, a transcrição de longas ementas.

Por fim, no que diz respeito às fontes legislativas, a sua citação deu-se, não pela identificação numérica, mas pela indicação do diploma jurídico respectivo. Transcreveu-se, em nota de rodapé, todos os artigos, incisos, alíneas e parágrafos mencionados ao longo do

¹⁵ RODRIGUES JÚNIOR., Otavio Luiz. **Direito Civil Contemporâneo**: estatuto epistemológico, constituição e direitos fundamentais. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019. p. 32.

texto com o escopo de facilitar ao leitor o cotejo do dispositivo legal com o tema desenvolvido no capítulo respectivo.

2 INTRODUÇÃO

O presente estudo se passa, essencialmente, no plano da eficácia do mundo jurídico.

Como é de todos sabido, o mundo do direito, tal qual delineado por Pontes de Miranda, divide-se em três planos, por meio dos quais se desenvolve o fenômeno jurídico: o da existência, o da validade e o da eficácia. Existir, valer e ser eficaz são situações absolutamente distintas na vida dos fatos jurídicos¹⁶.

No plano da existência, encontram-se todos os fatos jurídicos lícitos e ilícitos, que, como consequência da infalível incidência normativa sobre o suporte fático¹⁷, deixaram de ser meros fatos da vida e ingressaram no mundo do Direito, sem que se cogite, ainda, de sua validade ou de sua eficácia¹⁸.

Esse fenômeno por meio do qual um fato da vida, que possui relevância para o Direito, é introjetado no mundo jurídico, como fato jurídico, é chamado de incidência ou juridicização. Trata-se de fenômeno que ocorre no mundo das ideias, isto é, no plano lógico. Uma vez suficiente o suporte fático de uma norma jurídica completa, ela incide, marcando o fato como fato jurídico¹⁹, única fonte de eficácia jurídica.

¹⁶ A tripartição do mundo jurídico, proposta por Pontes de Miranda, teve como fonte inspiradora a doutrina alemã dos séculos XIX e XX, sobretudo as obras de Windscheid, Leonhard, Zitelmann e Figge. Cf. SCHMIDT, Jan Peter. Vida e obra de Pontes de Miranda a partir de uma perspectiva alemã – com especial referência à tricotomia “existência, validade e eficácia do negócio jurídico”. **Revista Fórum de Direito Civil**, Belo Horizonte, v. 3, n. 5, p. 135-158, jan./abr. 2014. p. 150.

¹⁷ “Os elementos do suporte fático são pressupostos do fato jurídico; o fato jurídico é o que entra, do suporte fático, no mundo jurídico, mediante a incidência da regra jurídica sobre o suporte. Só de fatos jurídicos provém eficácia jurídica” (PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de Direito Privado**: pessoas físicas e jurídicas. Atual. por Judith Martins-Costa, Gustavo Haical e Jorge Cesar Ferreira da Silva. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. t. 1. p. 148); “A norma jurídica constitui uma proposição através da qual se estabelece que, ocorrendo determinado fato ou conjunto de fatos (=suporte fático) a ele devem ser atribuídos certas consequências no plano do relacionamento intersubjetivo (=efeitos jurídicos)” (MELLO, Marcos Bernardes de. Teoria do fato jurídico: plano da existência. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 50)

¹⁸ PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de Direito Privado**: pessoas físicas e jurídicas. Atual. por Judith Martins-Costa, Gustavo Haical e Jorge Cesar Ferreira da Silva. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. t. 1. p. 65.

¹⁹ PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de Direito Privado**: pessoas físicas e jurídicas. Atual. por Judith Martins-Costa, Gustavo Haical e Jorge Cesar Ferreira da Silva. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. t. 1. p. 204.; MELLO, Marcos Bernardes de. Teoria do fato jurídico: plano da existência. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 108.

Pelo plano da validade, passam aqueles fatos jurídicos em que o elemento nuclear do suporte fático é constituído pela vontade humana, como é o caso dos atos jurídicos *stricto sensu* e dos negócios jurídicos²⁰.

Perquire-se então acerca da perfeição do fato jurídico, verificando-se a existência de eventual defeito invalidante, conforme haja ou não deficiências nos elementos complementares do suporte fático. A invalidade, como cediço, por uma questão lógica, pressupõe a existência do fato jurídico²¹.

No plano da eficácia, encontram-se todos os efeitos produzidos pelos fatos jurídicos, entre os quais o mais importante é a relação jurídica com todo o seu conteúdo intraeficacial.

Com efeito, é nesse plano que se encontram todas as categorias eficaciais, isto é, todos os efeitos jurídicos que compõem o mundo do Direito, das mais elementares às mais complexas. Em síntese, todos “os direitos, as pretensões, as ações, as exceções, como os deveres, as obrigações, as posições passivas nas ações e nas exceções, são *eficácia* dos fatos jurídicos”²².

Também a eficácia pressupõe fato jurídico existente, isto é, que ingressou no plano da existência do mundo jurídico. O mesmo não se verifica no que diz respeito à passagem do fato jurídico pelo plano da validade, que não é indispensável para que este produza efeitos.

De fato, se por um lado os fatos jurídicos que não possuem a vontade como elemento nuclear do suporte fático (fato jurídico *strictu sensu* e ato-fato jurídico) e todos os fatos jurídicos ilícitos *lato sensu* passam do plano da existência direto ao plano da eficácia e lá produzem seus efeitos próprios, por outro, (a) determinados atos jurídicos, embora nulos, podem produzir, em raríssimos casos, seus efeitos próprios e (b) os atos jurídicos

²⁰ PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de Direito Privado**: validade, nulidade e anulabilidade. Atualizado por Marcos Bernardes de Mello e Marcos Ehrhardt Jr. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. t. 4. p. 61 e ss.

²¹ PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de Direito Privado**: validade, nulidade e anulabilidade. Atualizado por Marcos Bernardes de Mello e Marcos Ehrhardt Jr. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. t. 4. p. 77.

²² PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de Direito Privado**: eficácia jurídica, direitos e ações. Atual. por Marcos Bernardes de Mello e Marcos Ehrhardt Jr. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. t. 5. p. 69.

anuláveis entram, desde logo, no plano da eficácia, produzindo, interimisticamente²³, seus efeitos até que sejam convalidados, sanados ou desconstituídos.

Em síntese, a construção ponteana expôs, definitivamente, que são concebíveis: a) fatos jurídicos existentes, válidos e eficazes; b) fatos jurídicos existentes, válidos e ineficazes; c) fatos jurídicos existentes, inválidos e ineficazes; e d) fatos jurídicos existentes, inválidos e eficazes.

A distinção entre existência, validade e eficácia, com efeito, possui notória utilidade teórica e prática, de modo que, “quando os juristas raciocinam como se houvesse o mundo fático e o mundo dos efeitos jurídicos, saltam por sobre dois planos, que vêm antes: o da existência e o da validade”²⁴.

Nesse sentido, ressalta Pontes de Miranda que “nada mais reprovável, em método, do que começar-se a falar dos direitos, das pretensões, das ações e das exceções, antes de se falar da regra jurídica, do suporte fático, da incidência da regra jurídica, da entrada do suporte fático no mundo jurídico. Tudo isso é *prius*”²⁵.

O estudo do plano da eficácia, isto é, da eficácia jurídica, é de fundamental importância, uma vez que diz respeito à própria realização do Direito, ao fenômeno jurídico no aspecto dinâmico, o mais rente possível ao mundo dos fatos, de modo que conhecer as diversas categorias eficaciais revela-se não só uma necessidade pragmática, mas também uma janela através da qual se pode observar o atuar concreto dos fatos jurídicos nas situações da vida²⁶.

²³ Trata-se, aparentemente, de termo cunhado por Pontes de Miranda, que qualifica efeitos que são, a um só tempo, provisórios, mas que podem tornar-se definitivos, donde não ser suficiente o emprego de expressões como “efeitos preliminares” ou “efeitos provisórios”. Mencione-se, por oportuno, a lição do próprio autor: “o anulável produz efeitos. Só os deixa de produzir quando transita em julgado a sentença constitutiva negativa. Então, apagam-se, como se não tivessem sido (eficácia *ex tunc*) os efeitos anteriores. Não se dá isso com a decretação do nulo; desconstitui-se o ato jurídico; não, a eficácia, porque não se desconstitui o que se não constituiu. Quando se diz que não se pode” (PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de Direito Privado**: validade, nulidade e anulabilidade. Atualizado por Marcos Bernardes de Mello e Marcos Ehrhardt Jr. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. t. 4. p. 98).

²⁴ PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de Direito Privado**: eficácia jurídica, direitos e ações. Atual. por Marcos Bernardes de Mello e Marcos Ehrhardt Jr. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. t. 5. p. 69.

²⁵ PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de Direito Privado**: eficácia jurídica, direitos e ações. Atual. por Marcos Bernardes de Mello e Marcos Ehrhardt Jr. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. t. 5. p. 282.

²⁶ Tal a importância do plano da eficácia, que a doutrina alemã majoritária, fonte inspiradora da tripartição proposta, de forma inédita, por Pontes de Miranda, trabalha apenas com a categoria da “ineficácia em sentido amplo”, sem fazer, em regra, referência às hipóteses de inexistência ou de invalidade. Cf. SCHMIDT, Jan Peter. Vida e obra de Pontes de Miranda a partir de uma perspectiva alemã – com especial

É no plano da eficácia, a rigor, que se revela e desenvolve, de forma cristalina, uma das principais funções do Direito: a distribuição dos bens da vida com o escopo de solucionar conflitos de interesses²⁷, o que é feito, sobretudo, pro meio da atribuição de poderes e deveres, respectivamente, ao titular do interesse subordinante e ao titular do interesse subordinado²⁸, que ocupam os polos de uma relação jurídica. Não por outro motivo, Francesco Carnelutti considera o conflito de interesse o elemento material das relações jurídicas²⁹.

O Direito é essencialmente prático; é vocacionado a atuar no mundo dos fatos, regulando situações da vida, de modo que os poderes, os deveres (as posições jurídicas em geral) e as relações jurídicas são as categorias eficaciais por meio das quais se realiza, no mundo dos fatos, a função precípua do sistema jurídico. As regras de direito, conforme destaca Alcides Tomasetti Jr., “não estão encerradas nos códigos como numa vitrina; operam na vida”³⁰.

A exceção substancial³¹, nesse contexto, como posição jurídica subjetiva, é uma das mais importantes categoriais eficaciais, ineliminável e indispensável para se entender e

referência à tricotomia “existência, validade e eficácia do negócio jurídico”. **Revista Fórum de Direito Civil**, Belo Horizonte, ano 3, n. 5, p. 135-158, jan./abr. 2014. p. 148. Marcos Bernardes de Mello, em resposta a Jan Peter Schmidt, que a havia colocado em dúvida, defende a originalidade da obra de Pontes de Miranda no que diz respeito à estruturação do mundo jurídico em três planos: “se tratava de uma nova proposta de sistematização, até então não elaborada, nem pensada, por alguém, em nenhum momento anterior. Em verdade, para ser original a contribuição científica supõe, apenas, um reordenamento autêntico, singular de concepções sobre certo objeto a que se adiciona algo que ninguém já havia referido. Sob essa ótica, a estruturação do mundo jurídico em três planos constitui uma contribuição original à Ciência do Direito, inegavelmente, pois ninguém antes de Pontes tratou disso desse modo” (MELLO, Marcos Bernardes de. *Teoria do fato jurídico: plano da existência*. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. p. 159).

²⁷ CARNELUTTI, Francesco. **Teoria Geral do Direito**. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural, 2006. p. 91.; TOMASETTI JÚNIOR, Alcides. A propriedade privada entre o direito civil e a Constituição. **Revista de Direito Mercantil industrial, econômico e financeiro**, São Paulo, v. 41, n. 126, p. 123-127, abr./jun. 2002.; DIEZ-PICAZO, Luis. **Fundamentos del Derecho Civil Patrimonial**. 6. ed. Madri: Civitas, 2007. p. 45.

²⁸ TOMASETTI JÚNIOR., Alcides. A propriedade privada entre o direito civil e a Constituição. **Revista de Direito Mercantil industrial, econômico e financeiro**, São Paulo, v. 126, p. 123, abr./jun. 2002. ; CARNELUTTI, Francesco. **Sistema di Diritto Processuale Civile**: funzione e composizione del processo. Padova: Cedam, 1936. v. 1. p. 25 e ss.; PINTO. Carlos Alberto da Mota. **Teoria Geral do Direito Civil**. 3. ed. atual. Coimbra: Coimbra, 1986. p. 167; (MELLO, Marcos Bernardes de. *Teoria do fato jurídico: plano da existência*. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. p. 41.

²⁹ CARNELUTTI, Francesco. **Sistema di Diritto Processuale Civile**: funzione e composizione del processo.. Padova: Cedam, 1936. v. 1. p. 25.

³⁰ TOMASETTI JÚNIOR, Alcides. **Execução do contrato preliminar**. 1982. Tese (Doutorado) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982. p. 2.

³¹ Como será objeto do Capítulo 6, o termo exceção é plurissignificativo. Na presente Dissertação, o termo, quando grafado sem qualquer outra indicação ou adjetivação, refere-se às exceções de direito material, também denominadas de exceções substanciais, que são as exceções propriamente ditas.

descrever a incidência e a aplicação de certas regras jurídicas e profundamente imbrincada no sistema lógico do direito³².

Com efeito, como compreender a prescrição, a decadência, a *exceptio non adimpleti contractus*, o direito de retenção, etc., sem compreender o sentido, o alcance e o mecanismo de atuação das exceções substanciais?³³

Trata-se de tema que pertence, a rigor, à Teoria Geral do Direito³⁴, mas que acabou sendo desenvolvido de maneira substancial pela Dogmática Geral do Direito Civil, porquanto, como cediço, este foi o ramo do direito responsável, sobretudo por meio da Escola Histórica e da Pandectista, por elaborar as grandes construções dogmáticas de caráter geral, que serviram de molde e de inspiração para as demais áreas do Direito no século XIX e em grande parte do século XX³⁵. Boa parte do que existe hoje como Teoria Geral do Direito é fruto, a rigor, de estudos civilísticos.

Nesse sentido, deve-se destacar a importância do estudo e compreensão das noções fundamentais que compõe a Parte Geral dos códigos civis – sede da Dogmática Geral do Direito Civil – porquanto é “impossível conceber-se o estudo minimamente sério de muitas das demais disciplinas do curso de direito sem ela: funciona, portanto como um pré-requisito ‘oficioso’ delas”³⁶.

³² PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de Direito Privado**: exceções, direitos mutilados, exercício dos direitos, pretensões, ações e exceções, prescrição. Atualizado por Otavio Luiz Rodrigues Junior, Tilman Quarch e Jefferson Carús Guedes. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. t. 6. p. 69.

³³ Bernardo B. Queiroz de Moraes, ao tratar da importância do estudo das noções fundamentais que compõe a Parte Geral do Código Civil e que acabam fundamentando uma teoria geral do direito subjetivo, ressalta que ele se insere no começo dos cursos de direito por conta da sua importância em si: “como estudar-se o Direito Processual Civil, o Direito Empresarial, o Direito Penal, o Direito Tributário, o Direito Administrativo, o Direito do Trabalho etc. sem se conhecer minimamente as ideias de pessoa física, personalidade, capacidade, pessoa jurídica, domicílio, bens, negócios jurídicos, representação, ato ilícito, abuso de direito, prescrição, decadência etc. (só para citar uns poucos exemplos)?” (MORAES, Bernardo B. Queiroz de. **Parte geral**: Código Civil: gênese, difusão e conveniência de uma ideia. São Paulo: YK, 2018. p. 9).

³⁴ BOLAFFI, Renzo. **Le Eccezioni nel Diritto Sostanziale**. Milano: Soc. Ed. Libreria, 1936. p. 125-126.

³⁵ RODRIGUES JÚNIOR., Otavio Luiz. **Direito Civil Contemporâneo**: estatuto epistemológico, constituição e direitos fundamentais. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019. p. 1-2; MELLO, Marcos Bernardes de. Teoria do fato jurídico: plano da existência. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 27-28.

³⁶ MORAES, Bernardo B. Queiroz de. **Parte geral**: Código Civil: gênese, difusão e conveniência de uma ideia. São Paulo: YK, 2018. p. 8.

Daí a afirmação de Tullio Ascarelli no sentido de que “as teoria gerais do direito, mesmo quando elaboradas com referência a todo o direito, foram construídas, não obstante, com materiais civilísticos”³⁷.

Antônio Junqueira de Azevedo dá a dimensão da importância do estudo e do desenvolvimento da Dogmática Geral do Direito Civil, ao afirmar que as grandes classificações e os primeiros e fundamentais princípios são matérias que, além de subsistirem com grande força, possuem “a beleza, a delicadeza e a força de construção”³⁸.

Não obstante sua importância, a Teoria das Exceções não tem recebido atenção e desenvolvimento da doutrina civilista nacional³⁹, a ponto de Otavio Luiz Rodrigues Junior, em recente texto, conferir ao tema a qualidade de “conceito em busca de um autor”⁴⁰.

O tema, aliás, foi objeto de algumas tentativas de sistemização tanto por autores contemporâneos⁴¹ quanto por antigos⁴².

De ordinário, o tema é tratado por processualistas, que, no entanto, conferem primazia às denominadas exceções processuais e, não raro, apontam a irrelevância das substanciais⁴³.

³⁷ ASCARELLI, Tullio. **Introducción al Derecho Comercial y Parte General de las Obligaciones Comerciales**. Tradução Santiago Sentís Melendo. Buenos Aires: EDIAR, 1947. p. 186.

³⁸ AZEVEDO, Antonio Junqueira de. O Direito Civil tende a desaparecer?. **Revista de Direito Civil Contemporâneo**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 355. out-dez. 2014.

³⁹ SERPA LOPES, Miguel Maria de. **Exceções substanciais**: exceção de contrato não cumprido (*exceptio non adimpleti contractus*). Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1959. p. 6.; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. **Aspectos processuais da exceção de contrato não cumprido**. Salvador: JusPodivm, 2012. p. 21. Em doutrina estrangeira, vale a menção a estudo monográfico específico sobre as exceções substanciais levado a efeito por Renzo Bolaffi em BOLAFFI, Renzo. **Le Eccezioni nel Diritto Sostanziale**. Milano: Soc. Ed. Libreria, 1936.

⁴⁰ RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz. **Exceções no Direito Civil**: um conceito em busca de um autor?. Prescrição e Decadência: estudos em homenagem ao professor Agnelo Amorim Filho. JusPodivm, 2013. p. 411.

⁴¹ THEODORO JÚNIOR, Humberto. Prescrição: ação, exceção e pretensão. **Revista Magister**: direito civil e processual civil, v. 9, n. 51, p. 22-39, nov./dez. 2012; MONTEIRO, André Luís. O regime das exceções no direito processual civil brasileiro: de mérito e processual, direta e indireta, dilatória e peremptória, exceção e objeção. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 38, n. 216, p. 35-55, fev. 2013; OLIVEIRA, Rafael. Delimitação conceitual de exceção substancial e distinção entre exceções e objeções substanciais. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 36, n. 193, p. 27-51, mar. 2011; DIDIER JUNIOR, Fredie. Teoria da exceção: a exceção e as exceções. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 29, n. 116, p. 54-66, jul./ago. 2004.

⁴² SERPA LOPES, Miguel Maria de. **Exceções substanciais**: exceção de contrato não cumprido (*exceptio non adimpleti contractus*). Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1959.; LIMA, Alcides de Mendonça. A nova sistemática das exceções. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 2, n. 5, p. 61-76, jan./mar. 1977.; RIBEIRO, J. **Das exceções de acordo com o Código Civil**. Rio de Janeiro: J. Ribeiro dos Santos, 1923.

⁴³ Nesse sentido, Serpa Lopes já afirmara: “É de se observar a escassez de estudos em nosso Direito sobre tão importante assunto, desprezado pelos civilistas, ao passo que entre os processualistas notáveis têm sido os seus esforços no afã de encontrarem uma solução aos intrincados problemas que dele decorrem” (SERPA

De fato, durante a elaboração da Dissertação, o autor realizou pesquisa, em diferentes períodos, nas Bibliotecas da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, do Ministério da Justiça, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, da Câmara Legislativa do Distrito Federal, da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria-Geral da República, do Tribunal de Contas do Distrito Federal, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do Superior Tribunal Militar, do Tribunal Superior do Trabalho e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, tendo constatado o reduzido número de obras, de artigos científicos e de capítulos de livros dedicados exclusivamente à matéria⁴⁴.

Na maioria dos casos, quando o tema das exceções substanciais é abordado, o é de forma lateral, merecendo referência, sobretudo, em textos dedicados especificamente ao tema da prescrição e da decadência⁴⁵, a alguma outra espécie de exceção em particular⁴⁶ ou, até mesmo, a determinado tema de direito processual⁴⁷.

LOPES, Miguel Maria de. **Exceções substanciais**: exceção de contrato não cumprido (*exceptio non adimpleti contractus*). Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1959. p. 6).

⁴⁴ PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de Direito Privado**: exceções, direitos mutilados, exercício dos direitos, pretensões, ações e exceções, prescrição. Atualizado por Otavio Luiz Rodrigues Junior, Tilman Quarch e Jefferson Carús Guedes. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. t. 6. ; RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz. Exceções no Direito Civil: um tema em busca de um autor?. In MIRANDA, Daniel Gomes de; CUNHA, Leonardo Carneiro da; ALBUQUERQUE JÚNIOR, Roberto Paulino. (org.). **Prescrição e decadência**: estudos em homenagem a Agnelo Amorim Filho. Salvador: JusPodium, 2013. v. 1, p. 411-422; SIQUEIRA, Cleanto Guimarães. **A defesa no processo civil**: as exceções substanciais no processo de conhecimento. São Paulo: Saraiva, 2008; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. Notas sobre a decisão que acolhe exceção substancial dilatória. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 38, n. 223, p. 101-110, set. 2013; OLIVEIRA, Rafael. Delimitação conceitual de exceção substancial e distinção entre exceções e objeções substanciais. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 36, n. 193, p. 27-51, mar. 2011; DIDIER JUNIOR., Fredie. Da exceção: o direito de defesa e as defesas In: MARINONI, Luiz Guilherme (coord.). **Estudos de direito processual civil**: homenagem ao Professor Egas Dirceu Moniz de Aragão. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005; DIDIER JUNIOR., Fredie. Da exceção: tipologia das defesas. **Revista forense**, v. 100, n. 376, p. 71-79, nov./dez. 2004; DIDIER JUNIOR., Fredie. Teoria da exceção: a exceção e as exceções. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 29, n. 116, p. 54-66, jul./ago. 2004; BENJÓ, Simão Isaac. As exceções no direito romano. **Revista do Ministério Público**, n. comemorativa, p. 1213-1220, jan., 2015; MONTEIRO, André Luís. O regime das exceções no direito processual civil brasileiro: de mérito e processual, direta e indireta, dilatória e peremptória, exceção e objeção. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 38, n. 216, p-35-55, fev. 2013; LIMA, Alcides de Mendonça. A nova sistemática das exceções. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 2, n. 5, p. 61-76, jan./mar. 1977.

⁴⁵ AMORIM, Tatiana Tenório de. Prescrição e decadência: análise da distinção à luz da teoria geral do direito civil. **Revista Fórum de direito civil**, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 77-104, set./dez. 2013; CHAPPER, Alexei Almeida. **Prescrição da ação na "ação" trabalhista**. São Paulo: LTr, 2013; MIRANDA NETTO, Fernando Gama. Críticas à disciplina da prescrição no Código Civil de 2002, nas reformas processuais e no projeto de Lei n. 8.046 de 2010. **Revista trimestral de direito civil**: RTDC, v. 13, n. 52, p. 255-290, out./dez. 2012; CHAPPER, Alexei Almeida. A prescrição: direito ou diretiva. **Revista trabalhista**: direito e processo, v. 10, n. 39, p. 195-216, jul./set. 2011; ROSENVALD, Nelson. Prescrição: da exceção à objeção In: FARIAS, Cristiano Chaves de (Org.). **Leituras complementares de direito civil**: o direito civil-constitucional em concreto. 2. ed. São Paulo: JusPodivm, 2009; THEODORO JÚNIOR, Humberto. Prescrição: liberdade e dignidade da pessoa humana. **Revista dialética de direito processual**, n. 40, p. 64-

É especialmente interessante observar que, entre os autores nacionais de manuais ou cursos de Direito Civil, que, por suas características próprias, encontram maior acolhida entre os estudantes, constituindo-se, a rigor, a principal fonte de consulta, não se reserva espaço próprio para o tratamento das exceções substanciais no estudo da Dogmática Geral do Direito Civil⁴⁸, mencionando-as *a latere*, quando muito, ao se abordar a temática da prescrição e da decadência⁴⁹.

78, jul. 2006; VALÉRIO, João Norberto Vargas. Decretação da prescrição de ofício: óbices jurídicos, políticos, sociais, lógicos, culturais e éticos. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Rio de Janeiro, 72, n. 2, p. 112-126, maio/ago. 2006.

⁴⁶ SERPA LOPES, Miguel Maria de. **Exceções substanciais**: exceção de contrato não cumprido (*exceptio non adimpleti contractus*). Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1959.; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. **Aspectos processuais da exceção de contrato não cumprido**. Salvador: JusPodivm, 2012.; DIFINI, Luiz Felipe Silveira. Das Exceções redibitoria e estimatoria. **Estudos Jurídicos**, São Leopoldo, v. 17, n. 41, p. 93-103, 1984; DIDIER JUNIOR., Fredie; OLIVEIRA, Rafael. Execução e exceção de contrato não cumprido: notas ao art. 582 do CPC. **Revista de Processo**: RePro, v. 34, n. 172, p. 19-31, jun. 2009.

⁴⁷ MARCATO, Antonio Carlos. **Das Exceções rituais no processo civil brasileiro incompetencia, suspeição e impedimento**. 1989. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo; SICA, Heitor Vitor Mendonça. **O direito de defesa no processo civil brasileiro**: um estudo sobre a posição do réu. São Paulo: Atlas, 2011; LUCON, Paulo Henrique dos Santos. Novas tendências na estrutura fundamental do processo civil. **Revista do advogado**, v. 26, n. 88, p. 145-171, nov. 2006; MARINONI, Luiz Guilherme. **Tutela antecipatória e julgamento antecipado**: parte incontroversa da demanda. 5. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002; CARRION, Valentim. Exceções (Proc. do Trabalho). Revista brasileira de direito processual, Uberaba, n. 29, p. 89-92, set./out. 1981. ; MARTINS, Sandro Gilbert. Exceções rituais. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 31, n. 132, p. 261-272, fev. 2006; VELOSO, Waldir Pinho. Exceções dilatórias e peremptórias. ADV Advocacia Dinâmica: Informativo Semanal, 6 jun., v. 17, n. 23, p. 299-297, 1997.; ROSA, Eliézer. Exceções em sentido processual. **Revista forense**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 116, p. 380-385, mar./abr. 1948.

⁴⁸ Menciona-se, exemplificativamente, os seguintes manuais ou cursos: VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**: parte geral. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2018. v.1. ; MALUF, Carlos Alberto Dabus; MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. **Introdução ao Direito Civil**. São Paulo: Saraiva, 2017; SCHREIBER, Anderson. **Manual de Direito Civil Contemporâneo**. São Paulo: Saraiva, 2018; MONTEIRO, Washington de Barros; PINTO, Ana Cristina de Barros Monteiro França. **Curso de Direito Civil**: Parte Geral. 45. ed. São Paulo: Saraiva, v. I, 2016; LEAL, Antonio Luiz da Câmara. **Manual Elementar de Direito Civil**. v. I. São Paulo: Saraiva, 1930; RODRIGUES, Sílvio. **Direito Civil**: Parte Geral. 34. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2007. v. 1.; FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil**: Parte Geral e LINDB. 16. ed. atual. e ampl. Salvador: JusPodivm, 2018. v. 1. p 793-795; LOUREIRO, Lourenço Trigo de. **Instituições de Direito Civil Brasileiro**. 5. ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1884. t. 1 e t. 2; COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil: Parte Geral**. 8. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

⁴⁹ Mencionam-se, exemplificativamente, os seguintes manuais ou cursos: LÔBO, Paulo. **Direito Civil**: Parte Geral. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2018, p. 362; FRANÇA, Rubens Limongi. **Manual de Direito Civil**. v. I. 4. ed. rev. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980, p. 360; DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil**: Teoria Geral do Direito Civil. 28. Ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 462 e ss.; p. 793-795; PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**: introdução ao Direito Civil e Teoria Geral de Direito Civil. 19. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2001. v. 1. p. 435 e ss.; AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Teoria Geral do Direito Civil**: Parte Geral. São Paulo: Atlas, 2012, p. 401-402; RIZZARDO, Arnaldo. **Introdução ao Direito e Parte geral do Código Civil**. 8. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 743; FLORES, Paulo R. M. Thompson. **Direito Civil Parte Geral**: das pessoas, dos bens e dos fatos jurídicos. 2. Ed. Brasília: Gazeta Jurídica, 2017. p. 68 e p. 795.

Afora o monumental *Tratado de Direito Privado*⁵⁰ de Pontes de Miranda, que trata do tema com maestria e profundidade no Tomo VI, consubstanciando-se na principal obra nacional sobre a matéria, merece destaque o notável estudo de Miguel Maria de Serpa Lopes, *Exceções substanciais: exceção de contrato não cumprido (exceptio non adimpleti contractus)*⁵¹, que dedica toda a primeira parte ao exame das exceções substanciais em geral; a obra de Waldemiro Cascaes, *Das Exceções e seu Processo*⁵², Tese de Concurso à Cátedra de Direito Judiciário Civil da Faculdade de Direito de Santa Catarina, mas que confere primazia ao enfoque processual da matéria; e o também importante livro de Cleanto Guimarães Siqueira, *A Defesa no Processo Civil: as exceções substanciais no processo de conhecimento*⁵³, em sua terceira edição⁵⁴.

Corolário lógico é o grande número de problemas suscitados envolvendo essa temática. Para o agravamento do cenário, constata-se que o direito positivo pátrio não consagrou tratamento normativo relativo à matéria das exceções, salvo uma ou outra disposição especial. Trata-se de tema, portanto, que merece atenção ímpar e tratamento dogmático preciso⁵⁵. Essa constatação fica ainda mais evidente quando se observam as questões conceituais e a necessária abordagem técnico-jurídica que o tema demanda, com o intuito de conferir-lhe tratamento científico e coerente.

⁵⁰ PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de Direito Privado**: exceções, direitos mutilados, exercício dos direitos, pretensões, ações e exceções, prescrição. Atualizado por Otavio Luiz Rodrigues Junior, Tilman Quarch e Jefferson Carús Guedes. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. t. 6.

⁵¹ SERPA LOPES, Miguel Maria de. **Exceções substanciais**: exceção de contrato não cumprido (*exceptio non adimpleti contractus*). Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1959.

⁵² CASCAES, Waldemiro. **Das exceções e seu processo**. 1960. Tese (Cátedra de Direito Judiciário Civil) – Faculdade de Direito de Santa Catarina, Florianópolis, 1960.

⁵³ SIQUEIRA, Cleanto Guimarães. **A defesa no Processo Civil**: as exceções substanciais no processo de conhecimento. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

⁵⁴ Não só no Brasil os estudos acerca das exceções substanciais escasseiam. Na Itália, Renzo Bolaffi já registrara que são poucos os estudos que referenciam as exceções substanciais, de um ponto de vista geral: “A teoria das exceções é ainda demasiado ignorada na literatura jurídica italiana. Na doutrina civilista, foram examinados até mesmo casos específicos de exceção, mas não a exceção considerada de um ponto de vista geral. Notáveis monografias foram dedicadas à prescrição, à exceção de contrato não cumprido, etc.; por outro lado, a noção comum, a qual estas figuras particulares possam reconduzir-se, foi objeto de estudo somente através de breves análises nos tratamentos gerais” (BOLAFFI, Renzo. **Le Eccezioni nel Diritto Sostanziale**. Milano: Soc. Ed. Libreria, 1936. p. 1). No original: “La teoria delle eccezioni è stata finora assai trascurata nella letteratura giuridica italiana. Nella dottrina civilistica sono stati esaminati piuttosto singoli casi di eccezioni, che non le eccezioni, considerate da un punto di vista generale. Pregevoli monografie sono state dedicate alla prescrizione, all’exceptio inadimpleti contractus, ecc.; invece la nozione comune, alla quale queste figure particolari possono ricondursi, è stata fatta oggetto soltanto di brevi indagini nelle trattazioni generali”

⁵⁵ RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz. Exceções no Direito Civil: um conceito em busca de um autor?. **Prescrição e Decadência: estudos em homenagem ao professor Agnelo Amorim Filho**. JusPodivm, 2013. p. 411.

Trata-se, é verdade, de tema fundamentalmente teórico e com grande dose de abstração, porquanto as categorias eficaciais são, sobretudo, categorias lógicas⁵⁶.

Esse aspecto, no entanto, não deve obnubilar a destacada importância pragmática da matéria, notadamente porque nela reside um dos aspectos fundamentais do exercício dos direitos⁵⁷.

A presente dissertação, portanto, fincada que está no plano da eficácia do mundo jurídico, tem por escopo tratar sistematicamente da exceção substancial, analisada como posição jurídica subjetiva ativa no contexto da Teoria da Relação Jurídica, importante tema de teoria geral, que, outrossim, nem sempre recebe a devida atenção da civilística nacional.

⁵⁶ “O direito subjetivo, o dever, a pretensão, a obrigação, a ação e a exceção são seres do mundo do pensamento” (PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de Direito Privado**: eficácia jurídica, direitos e ações. Atual. por Marcos Bernardes de Mello e Marcos Ehrhardt Jr. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. t. 5. 295). “Há quem pense que debates sobre conceitos e sistemas sejam algo superado, mas os diversos processos de harmonização do Direito privado, tanto a nível europeu, quanto no âmbito global, mostram que são, ao contrário, de grande atualidade, na medida em que os redatores dos respectivos projetos são forçados a tomar uma atitude frente a essas questões” (SCHMIDT, Jan Peter. Vida e obra de Pontes de Miranda a partir de uma perspectiva alemã – com especial referência à tricotomia “existência, validade e eficácia do negócio jurídico”. **Revista Fórum de Direito Civil**, Belo Horizonte, v. 3, n. 5, p. 135-158, jan./abr. 2014. p. 141).

⁵⁷ OERTMANN, Paul. **Introducción al Derecho Civil**. Traducción de la 3. ed. alemana por Luis Sancho Seral. Barcelona: Labor, 1933. p. 336.

12 CONCLUSÃO

A Dissertação teve como objetivo fundamental fornecer contribuição para a sistematização da Teoria das Exceções, tema que nem sempre recebeu a devida atenção da civilística nacional e que se relaciona com o próprio exercício dos direitos.

Consignou-se que a partir da seminal obra de Friedrich Carl Freiherr von Savigny, *System des heutigen römischen Rechts*, inaugurou-se a era moderna da metódica não só no Direito Civil, mas em todo o Direito, erigindo-se a categoria eficaz da relação jurídica a conceito-chave que confere unidade a todo o sistema jurídico.

O atual Código Civil brasileiro, em razão da influência do sistema germânico, concretizada nas figuras do Código Civil de 1916, do Código Civil português de 1966 e do próprio BGB, funda-se na Teoria Geral da Relação Jurídica, fruto dos esforços despendidos pela pandectista do séc. XIX.

A primeira parte do trabalho, portanto, cumpriu o papel de demonstrar o *locus* ocupado pelas exceções no âmbito da Teoria Geral da Relação Jurídica, fixando as premissas dogmáticas e as definições estipulativas indispensáveis para se reduzirem os níveis de incerteza semântica e técnico-jurídica, que rondam o tema das exceções.

Ao se abordar o conteúdo das relações jurídicas, seguiu-se de perto as concepções desenvolvidas por Wesley Newcomb Hohfeld e por Giuseppe Lumia acerca dos “conceitos jurídicos fundamentais”. Em suma, segundo essa específica concepção dogmática, os poderes e deveres que compõe o conteúdo das relações jurídicas podem ser decompostos em oito categorias mais precisas às quais foi atribuído o nome de posições jurídicas subjetivas elementares. Em outras palavras, a posição de qualquer sujeito em qualquer relação jurídica analisada pode ser explicada e reduzida a uma dessas modalidades, que decorrem ou de normas de conduta ou de normas de competência.

Nesse contexto, ressaltou-se que a exceção de direito material, como categoria eficaz que é, integra o conteúdo de determinadas relações jurídicas como posição jurídica subjetiva ativa elementar. À determinação precisa de qual categoria de posição jurídica pertenceria foi dedicado capítulo próprio.

Em seguida, procurou-se desenvolver o papel atribuído às exceções no contexto do direito de defesa (tomado esse em sentido amplo), como uma das formas de seu exercício. Concluiu-se que, dada a diferença intrínseca entre os conceitos de incidência e

de aplicação do direito, as exceções contribuem como mecanismo por meio do qual se leva à apreciação do julgador determinados fatos com características bem específicas – fatos que não afastam a existência do direito do autor, mas, na prática, o inutilizam -, e que concorrem, significativamente, com a produção de uma decisão justa para o caso concreto.

No capítulo seguinte, muito embora o estudo histórico não represente o escopo específico deste trabalho, foi abordado, sobretudo por meio do exame direto das fontes, a origem das exceções no direito romano com o objetivo de inserir a figura no quadro das categorias jurídicas gerais.

Depois de enfrentar a sua origem e desenvolvimento no processo formular por meio da atuação dos pretores e seu ocaso com o advento da *extraordinaria cognitio*, constatou-se que a exceção contemporânea não tem na *exceptio* do direito romano mero substrato histórico, representando, ao contrário, posição jurídica de acentuada característica e influências históricas. Em síntese, o estudo permitiu compreender a origem da função e da natureza jurídica das exceções, ao mesmo tempo em que contribuiu para esclarecer sua real natureza de direito material.

Em seguida, antes de adentrar no estudo específico das exceções no Direito Civil contemporâneo, enfrentou-se os diversos significados que lhe são atribuídos, constatando-se que, ao contrário do que ocorre no âmbito do direito processual, na seara do Direito Privado Material, é menor a distância entre a sua acepção na linguagem vulgar e aquela empregada pela linguagem jurídica, incumbindo à doutrina, diante de termo com tão alto grau de equívocidade, empreender esforços no sentido de, na medida do possível, estabelecer conceito preciso, corrigindo e aperfeiçoando o uso da linguagem.

Tendo em vista que, nas últimas décadas, à semelhança do que ocorreu com outras categorias e institutos jurídicos, os processualistas assenhoraram-se do tema das exceções – o que representa mais um sintoma da publicização de institutos privados - dedicou-se capítulo próprio para defender a autonomia das exceções de direito material.

Com feito, sendo certo que a qualificação jurídica influencia diretamente as normas jurídicas que regulam determinada figura, defendeu-se a manutenção da “distinção sistemática” entre Direito Público e Direito Privado, porquanto dela depende a autonomia

epistemológica do Direito Civil¹³⁷⁷. Verificou-se, nesse contexto, que a manutenção da “grande dicotomia”, ademais, encontra amparo na tradição do direito brasileiro, sendo reverenciada pela literatura jusprivatista nacional de todas as épocas.

De fato, dizer que determinada categoria ou instituto jurídico pertence ao Direito Privado não é algo trivial, uma vez que esse ramo do direito possui princípios, metódica e finalidades diferenciadas, estando vocacionado a resolver problemas estruturalmente diversos daqueles enfrentados pelo Direito Público.

Pode-se afirmar, portanto, que o Direito Civil, se por um lado tem sua metódica intimamente relacionada com a Teoria Geral da Relação Jurídica, por outro, depende da manutenção da “distinção sistemática” para garantir sua autonomia epistemológica.

Ressaltou-se, assim, o pertencimento das exceções ao domínio do Direito Privado Material e a sua inserção, tradicionalmente, na Dogmática Geral do Direito Civil, buscando-se, desse modo, cooperar, na medida do possível, com o reforço da autonomia epistemológica desse ramo do direito, tradicional e histórica seara das exceções substanciais.

Fixada a autonomia das exceções, dedicou-se espaço próprio à defesa de sua utilidade técnica e científica, refutando-se os argumentos daqueles que pretendem a sua supressão ou mera cooptação pelo direito processual.

Com efeito, do ponto de vista doutrinário, é possível encontrar diversas obras nacionais e estrangeiras que dedicam espaço próprio ao exame das exceções, atribuindo-lhes importante papel de instrumento enriquecedor da análise do Direito.

Também do ponto de vista do direito positivo, é forçoso reconhecer que as exceções substanciais representam categoria eficaz ineliminável do sistema jurídico nacional, restando consagrada, de modo definitivo, sobretudo, no art. 190 do Código Civil.

Como premissa indispensável à fixação do conceito de exceção, abordou-se o tratamento que essa categoria eficaz recebe da doutrina alemã e da italiana, com especial destaque para a clássica polêmica travada entre Giuseppe Chiovenda, Francesco Carnelutti, Mauro Cappelletti e Enrico Tullio Liebman.

¹³⁷⁷ RODRIGUES JÚNIOR., Otávio Luiz. **Direito Civil Contemporâneo**: estatuto epistemológico, constituição e direitos fundamentais. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019. p. 340.

Muito embora o presente trabalho represente estudo de direito brasileiro, a menção à doutrina desses países de tradição romano-germânica foi importante não só para a delimitação conceitual da figura, mas também para a compreensão de sua natureza jurídica e do modo de eficácia no direito civil brasileiro contemporâneo.

Pontuou-se, ainda, que a exceção pressupõe a condição de demandado, mas não a condição de réu, porquanto, em virtude do princípio da indiferença das vias, pode ser exercida tanto judicial quanto extrajudicialmente.

Quanto à eficácia, observou-se que as exceções não atuam no plano da existência ou no da validade, não visa extinguir a posição jurídica ativa contra a qual é oposta, mas tão somente encobrir-lhe, desde que ela existe, a eficácia, posto que não se confunda com a ineficácia absoluta ou relativa.

Não se trata, portanto, de arguição de fatos extintivos, impeditivos ou modificativos, representando, a rigor, a oposição, pelo réu, de posição jurídica ativa contraposta à posição jurídica ativa do autor com o objetivo de neutralizar-lhe, temporária ou definitivamente, os efeitos.

Destacou-se, ademais, que as exceções, a rigor, dizem respeito à eficácia do *ius exceptionis*, com ele não se confundindo. Trata-se do chamado princípio da liberdade de exercício das exceções. Exceção não oposta, em regra, não produz efeitos.

No capítulo seguinte, enfrentou-se a delicada questão da natureza jurídicas das exceções, chegando-se à conclusão de que é possível reconduzi-la ao quadro das posições jurídicas subjetivas derivadas de normas secundárias ou de competência, o que reforçou a concepção teórica aqui perfilhada.

Conclui-se, nesse diapasão, que as exceções integram o conteúdo de determinadas relações jurídicas como posições jurídicas subjetivas ativas elementares, constituindo, ao lado dos poderes formativos, espécie de poder em sentido estrito.

Após fixar as indispensáveis premissas teóricas, propôs-se conceito analítico de exceção de direito material: espécie de poder em sentido estrito – posição jurídica subjetiva ativa elementar – de que o sujeito que é demandado, judicial ou extrajudicialmente (princípio da indiferença das vias), é titular e que, sem negar os fatos jurídicos arguidos pelo autor ou suas consequências jurídicas e sem representar a oposição de fatos extintivos, impeditivos ou modificativos, atua no plano da eficácia do mundo jurídico como escudo, encobrindo, mediante o seu exercício (princípio da liberdade de exercício), a eficácia de

direito, de pretensão ou de outros poderes em sentido estrito anteriormente existentes e titularizados pelo sujeito ocupante do polo ativo da relação, que se encontra, quanto ao exercício desse poder, em estado de sujeição.

Em seguida, delineados o conceito, a natureza jurídica e a peculiar eficácia das exceções, foi possível examinar as diversas classificações a que são submetidas, bem como realizar as necessárias distinções com relação às demais atitudes que podem ser tomadas pelo demandado.

Por último, foi abordado o tema da prescritibilidade das exceções, concluindo-se, na esteira das lições de Pontes de Miranda, pela sua imprescritibilidade, de modo que, ao se interpretar o art. 190 do CC/2002, deve-se ter em mente que, seja dependente, seja independente, “não há pensar-se em prescrição da exceção; há pensar-se em extinção da exceção”¹³⁷⁸.

Assim, se é certo que “o direito civil do século XXI precisa ser repensado”¹³⁷⁹, reconstruindo-se suas categoriais fundamentais – que sofreram forte abalo nas últimas décadas -, as soluções dogmáticas oferecidas no presente estudo, ao procurar contribuir com a sistematização da Teoria das Exceções, pretenderam fortalecer a própria Parte Geral do direito civil ao buscar aclarar os mecanismos formativos e a estrutura conceitual de importante categoria eficaz, que integra, de maneira insuprimível, a Dogmática Geral do Direito Privado.

¹³⁷⁸ PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de Direito Privado**: exceções, direitos mutilados, exercício dos direitos, pretensões, ações e exceções, prescrição. Atualizado por Otavio Luiz Rodrigues Junior, Tilman Quarch e Jefferson Carús Guedes. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. t. 6. p. 261.

¹³⁷⁹ MORAES, Bernardo B. Queiroz de. **Parte geral**: Código Civil: gênese, difusão e conveniência de uma ideia. São Paulo: YK, 2018. p. 164.

REFERÊNCIAS

- ABELHA, Marcelo. **Manual de Direito Processual Civil**. 6. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016.
- ALPA, Guido; BESSONE, Mario. **Elementi di diritto privato**. Roma: GLF Editori Laterza, 2001.
- ALSINA, Hugo. Defensas y excepciones. In: **STUDI in Onore di Enrico Redenti**. Milano: Giuffrè, 1951. v. 1. p. 77-111.
- ALVES, José Carlos Moreira. **A parte geral do Projeto de Código Civil Brasileiro: subsídios históricos para o novo código civil brasileiro**. 2. ed. aum. São Paulo: Saraiva, 2003.
- ALVIM, Arruda. **Manual de Direito Processual Civil**. 13. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.
- ALVIM, Arruda; ASSIS, Araken de; ALVIM, Eduardo Arruda. **Comentários ao Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro: GZ, 2012.
- AMARAL, Francisco. **Direito Civil: introdução**. 8. ed. rev., atual. e aum. Rio de Janeiro: Renovar, 2014.
- AMARAL, Francisco. Introdução à teoria geral da relação jurídica. In: **ESTUDOS em homenagem ao professor Washington de Barros Monteiro**. São Paulo: Saraiva, 1982. p. 209-219.
- AMORIM FILHO, Agnelo. Ações constitutivas e os direitos potestativos. **Revistas dos Tribunais**, São Paulo, v. 56, n. 375, p. 11-23, jan. 1967.
- AMORIM FILHO, Agnelo. Critério científico para distinguir a prescrição da decadência e para identificar as ações imprescritíveis. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 86, p. 744, p. 725-750, out. 1997.
- AMORIM, Tatiana Tenório de. Prescrição e decadência: análise da distinção à luz da teoria geral do direito civil. **Revista Fórum de Direito Civil**, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 77-104, set./dez. 2013.
- ANDRADE, Manuel A. Domingues de. **Teoria geral da relação jurídica**. Coimbra: Almedina, 1983. v. 1.
- ANTUNES VARELA, João de Matos; BEZERRA, J. Miguel; NORA, Sampaio e. **Manual de Processo Civil**. 2. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2004.
- ASCARELLI, Tullio. **Introduccion al Derecho Comercial y parte general de las obligaciones comerciales**. Tradução Santiago Sentís Melendo. Buenos Aires: EDIAR, 1947.

ASCARELLI, Tullio. **Introducción al Derecho Comercial y parte general de las obligaciones comerciales**. Traducción Santiago Sentís Melendo. Buenos Aires: EDIAR, 1947.

ÁVILA, Humberto. **Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos**. 16. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2015.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Teoria Geral do Direito Civil**: parte geral. São Paulo: Atlas, 2012.

AZEVEDO, Antônio Junqueira de. **Negócio jurídico**: existência, validade e eficácia. São Paulo: Saraiva, 1974.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. O Direito Civil tende a desaparecer?. **Revista de Direito Civil Contemporâneo**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 355, out-dez. 2014.

BARBERO, Domenico. **Sistema del Derecho Privado**: introducción, parte preliminar, parte general. Traducción Santiago Sentís Melendo. Buenos Aires: Ed. Juridicas Europa-America, 1967. v. 1.

BARBOSA, Ruy. **A constituição e os actos inconstitucionaes do Congresso e do Executivo ante a Justiça Federal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Atlantida, 1893.

BASSO, Maristela. **Curso de Direito Internacional Privado**. 5. ed. rev. atual. São Paulo: Editora Atlas, 2016.

BATALHA, Wilson de Souza Campos. **Defeitos dos negócios jurídicos**. Rio de Janeiro: Forense, 1985.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 38. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos Bedaque. **Tutela cautelar e tutela antecipada**: tutelas sumárias e de urgência (tentativa de sistematização). São Paulo: Malheiros, 1998.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Poderes instrutórios do juiz**. 6. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2011.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Tutela cautelar e tutela antecipada**: tutelas sumárias e de urgência (tentativa de sistematização). São Paulo: Malheiros, 1998.

BENJÓ, Simão Isaac. As exceções no direito romano. **Revista do Ministério Público**, Rio de Janeiro, n. comemorativa, p. 1213, jan., 2015.

BERCOVICI, Gilberto. Codificação e ordem econômica liberal no Brasil do século XIX: um esboço. **Revista de Direito Civil Contemporâneo**, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 37-47, abr./jun. 2016.

BERNARDES DE MELLO, Marcos. **Teoria do Fato Jurídico**: plano da eficácia. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. pt.1.

BEVILAQUA, Clovis. **Código civil dos Estados Unidos do Brasil comentado**. 5. ed. São Paulo: Francisco Alves, 1936. v. 1.

BEVILAQUA, Clovis. **Código Civil dos Estados Unidos do Brasil comentado**. 3. ed. São Paulo: Francisco Alves, 1927. v. 1.

BEVILAQUA, Clovis. **Em defesa do projecto de Código Civil brasileiro**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1906.

BEVILAQUA, Clovis. **Princípios elementares de Direito Internacional Privado**. 4. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1944.

BEVILAQUA, Clovis. **Theoria geral do Direito Civil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929.

BIANCA, C. Massimo. **Diritto Civile**: la proprietà. Milano: A. Giuffrè, 1999. v. 6.

BOBBIO, Norberto. **Contribucion a la teoria del derecho**. Tradução Alfonso Ruiz Miguel. Valencia: Fernando Torres Editor, 1980.

BOBBIO, Norberto. **O positivismo jurídico**: lições de filosofia do direito. Tradução Márcio Pugliese, Edson Bini e Carlos E. Rodrigues. São Paulo: Ícone, 2006.

BOBBIO, Norberto. **Teoria da norma jurídica**. Tradução Fernando Pavan Baptista e Ariani Bueno Sudatti. 5. ed. rev. São Paulo: EDIPRO, 2012.

BOLAFFI, Renzo. **Le Eccezioni nel Diritto Sostanziale**. Milano: Soc. Ed. Libreria, 1936.

BONFANTE, Pietro. **Diritto Romano**. Milano: Giuffrè, 1976.

BÖTTCHER, Carlos Alexandre. **Iudicet Iudicative Iubeat**: reflexões sobre as origens do processo civil romano e da bipartição. 2012. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo.

BÜLLOW, Oskar von. **La Teoría de las Excepciones Procesales y los Presupuestos Procesales**. tradución Miguel Angel Rosas Lichtschein. Buenos Aires: Ediciones Juridicas Eruopa-America, 1964.

BÜLLOW, Oskar von. **Teoria das Exceções e dos Pressupostos Processuais**. Tradução Ricardo Rodrigues Gama. Campinas: LZN, 2005.

BÜLOW, Oskar von. **La Teoria de las Excepciones Procesales y los Presupuestos Procesales**. Tradução Miguel Angel Rosas Lichtschein. Buenos Aires: Jurídicas Europa-America, 1964.

CAHALI, Yussef Said. **Fraudes contra credores**. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

CAHALI, Yussef Said. **Prescrição e decadência**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

CALAMANDREI, Piero. **Instituciones de Derecho Procesal Civil**. Tradução Santiago Sentis Melendo. Buenos Aires: DPALMA, 1943.

CÂMARA LEAL, Antônio Luis da. **Da prescrição e da decadência**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Escritos de direito processual**: terceira série. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

CAMPOS, Ricardo Ribeiro. Decadência e prescrição no novo Código Civil: breves reflexões. **Revista de direito privado**, São Paulo, n. 17, p. 172-178, jan./mar. 2004.

CANNATA, Carlo Augusto. Eccezione. **Novissimo digesto italiano**. A cura di Antonio Azara e Ernesto Eula. Torino: Unione Tip. Editrice Torinese, 1960 v. 6.

CANNATA, Carlo Augusto. **Profilo Istituzionale del processo privato romano**. Torino: G. Giappichelli, 1980. v. 1.

CAPPELLETTI, Mauro. L'eccezione come controdiritto del convenuto. **Rivista di Diritto Processuale**, Padova, v. 16, n. 2, p. 266-275, apr./giugno 1961.

CAPPELLETTI, Mauro. Nuovi fatti giuridici ed eccezioni nuove nel giudizio di rinvio. **Rivista Trimestrale Diritto e Procedura Civile**, Milano, v. 13, n. 3, p. 1610-1621, sett., 1959.

CARMIGNANI, Maria Cristina. *A aequitas* e a aplicação do direito em Roma. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 104, p. 115-129, jan./dez. 2009.

CARNELUTTI, Francesco. **Diritto e Processo**. Napoli: Morano, 1958.

CARNELUTTI, Francesco. **Sistema di Diritto Processuale Civile**: funzione e composizione del processo. Padova: Cedam, 1936. v. 1.

CARNELUTTI, Francesco. **Teoria Geral do Direito**. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural, 2006.

CARNELUTTI, Francesco. Un lapsus evidente? **Rivista di Diritto Processuale**, Padova, v. 15, n. 3, p. 446-449, lug./sett. 1960.

CARPENTER, Luiz Frederico. Sauerbronn. In: LACERDA, Paulo de. **Manual do Código Civil Brasileiro: parte geral: da prescrição (Art. 161-179)**. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1919, v. 4.

CARPES, Artur. **Ônus dinâmico da prova**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

CARRIDE, Norberto de Almeida. **Vícios do negócio jurídico**. São Paulo: Saraiva, 1997.

CARRIÓ, Genaro R. **Notas sobre derecho y lenguaje**. 4. ed. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1990.

CARRION, Valentim. Exceções (Proc. do Trabalho). **Revista brasileira de direito processual**, Uberaba, n. 29, p. 89-92, set./out. 1981.

CARVALHO DE MENDONÇA, Manoel Ignacio. **Doutrina e Prática das Obrigações**. 2. ed. aumentada. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1911.

CARVALHO, Francisco Pereira de Bulhões. **Sistemas de nulidades dos atos jurídicos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1981;

CASCAES, Waldemiro. **Das exceções e seu processo**. 1960. Tese (Cátedra de Direito Judiciário Civil) – Faculdade de Direito de Santa Catarina, Florianópolis, 1960.

CASILLO, João. **O erro como vício da vontade**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1982.

CUNHA, Oscar. **O dolo e o direito judiciário civil**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1936.

CASTRO, Amílcar de. **Direito Internacional Privado**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

CASTRO, Torquato. **Teoria da situação jurídica em Direito Privado Nacional: estrutura, causa e título legitimário do sujeito**. São Paulo: Saraiva, 1985.

CHAPPER, Alexei Almeida. A prescrição: direito ou diretiva. **Revista trabalhista: direito e processo**, Brasília, v. 10, n. 39, p. 195-216, jul./set. 2011.

CHAPPER, Alexei Almeida. **Prescrição da ação na "ação" trabalhista**. São Paulo: LTr, 2013.

CHIOVENDA, Giuseppe. **Instituições de Direito Processual Civil**. Tradução J. Guimarães Menegale. São Paulo: Saraiva, 1969. v. 1.

CHIOVENDA, Giuseppe. L'azione nel sistema dei diritti. In: CHIOVENDA, Giuseppe. **Saggi di Diritto Processuale Civile**. Milano: Giuffrè, 1993, v. 1. p. 3-99.

CHIOVENDA, Giuseppe. **Sulla "eccezione"** In **Saggi di Diritto Processuale Civile**. Milano: Giuffrè, 1993, v. 1.

CHIOVENDA, Jose. **Principios de derecho procesal civil**. Tradução Jose Casais y Santaló. Madrid: Reus, 1977. t. 1.

CIANI, Mirna. A prescrição na Lei 11.280/2006. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 32, n. 148, p. 32-45, jun. 2007.

CINTRA, Lia Carolina Batista. **Intervenção de terceiro por ordem do juiz: a intervenção iussu iudicis no processo civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil: Parte Geral**. 8. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

CORDEIRO, António Menezes. **Tratado de Direito Civil Português: introdução, fontes do direito, interpretação da lei, aplicação das leis no tempo, doutrina geral**. 4. ed. Coimbra: Almedina, 2012. v. 1.

CORDEIRO, António Menezes. **Tratado de Direito Civil Português**: parte geral. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2000. v. 1. t. 1.

CORRÊA TELLES, José Homem. **Doutrina das acções**. Edição integral, anotada, de acordo com o Código Civil Brasileiro pelo advogado Dr. Pontes de Miranda. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1918.

CORRÊA, Alexandre; SCIASCIA, Gaetano. **Manual de Direito Romano**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988.

CORREA, Alexandre; SCIASCIA, Gaetano; CORREA, Alexandre Augusto de Castro. **Manual de Direito Romano**: Institutas de Gaio e de Justiniano vertidas para o português, em confronto com o texto latino. 2. ed. correcta e melhorada. São Paulo: Saraiva, 1955. v. 2.

COSTA, Alfredo de Araujo Lopes da. **Direito Processual Civil Brasileiro**. 2. ed. atual. Rio de Janeiro: José Kofino, 1947. v. 1.

COSTA, Alfredo de Araujo Lopes da. **Direito Processual Civil Brasileiro**. 2. ed. atual. Rio de Janeiro: José Kofino, 1947. v. 2.

COSTA, Dilvanir José da. Inovações principais do novo Código Civil. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 91, n. 796, p. 39-65, fev. 2002.

COSTA, Mário Júlio de Almeida. **Direito das obrigações**. 7. ed. rev. e atual. Coimbra: Almedina, 1998.

COSTA, Sergio. Eccezione. **Nuovo digesto italiano**. A cura di Mariano D'Amelio con la collaborazione di Antonio Azara. 2. ed. Torino: Unione Tip. Editrice Torinese, 1938. v. 5.

COSTA, Sergio. Eccezione. **Novissimo digesto italiano**. Torino: Unione Tip. Editrice Torinese, 1960, v. 6.

COUTO E SILVA, Alamiro do. Atos jurídicos de direito administrativo praticados por particulares e direitos formativos. **Revista de direito administrativo**: RDA, Rio de Janeiro, n. 95, p. 19-37, jan./mar. 1969.

COUTO E SILVA, Clóvis Do. A teoria das ações em Pontes de Miranda. **Revista de informação legislativa**, Brasília, v. 25, n. 100, p. 249-256, out./dez. 1988.

COUTURE, Eduardo J. **Fundamentos del Derecho Procesal Civil**. 3. ed. Buenos Aires: Depalma, 1969.

CULLISON, Alan D. A Review of Hohfeld's Fundamental Legal Concepts. **Cleveland Marshall Law Review**, v. 16, p. 559-573, sept. 1967.

DALLARI, Giovanni. **L'eccezione nel Diritto Moderno**. Milano: Societa Editrice Libreria, 1910.

DANTAS, San Tiago. Rui Barbosa e o código civil. **Revista forense**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 126, p. 333-345, nov./dez. 1949.

DE MARTINO, Francesco. **La Giurisdizione nel Diritto Romano**. Padova: A. Milani [i. e. CEDAM], 1937.

DEL NERO, João Alberto Schützer. Considerações sobre a eficácia do registro, efetuado em registro público material e territorialmente competente, de negócios jurídicos de obrigação e de certos negócios jurídicos de disposição [...]. **Revista de direito mercantil, industrial, econômico e financeiro**, São Paulo, v. 53. n. p. 166-167, p. 219-71, ago./jul. 2013/2014

DEL NERO, João Alberto Schützer. **Conversão substancial do negócio jurídico**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

DELGADO, José Augusto; GOMES JÚNIOR, Luiz Manoel *In*: ALVIM, Arruda; ALVIM, Thereza (coord.). **Comentários ao Código Civil Brasileiro**: dos fatos jurídicos (Art. 104 a 232). Rio de Janeiro: Forense, 2008. v. 2.

DENTI, Vittorio. L'eccezione nel processo civile. **Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile**, Milano, v. 15, p. 22-40, set. 1961.

DERNBURG, Arrigo. **Pandette**. Prima traduzione dal tedesco sulla 6. ed. di Francesco Bernardino Cicala. Torino: F. Bocca, 1906, v. 1.

DIDIER JUNIOR, Fredie Didier; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. **Curso de Direito Processual Civil**: teoria da prova, direito probatório, decisão, precedente, coisa julgada e tutela provisória. 11. ed. rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2016.

DIDIER JUNIOR, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento. 19. ed. rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2017.

DIDIER JUNIOR, Fredie. Da exceção: o direito de defesa e as defesas *In*: MARINONI, Luiz Guilherme (coord.). **Estudos de Direito Processual Civil**: homenagem ao Professor Egas Dirceu Moniz de Aragão. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. p. 576-584.

DIDIER JUNIOR, Fredie. Da exceção: tipologia das defesas. **Revista forense**, Rio de Janeiro, v. 100, n. 376, p. 71-79, p. 77, nov./dez. 2004;

DIDIER JUNIOR, Fredie. Da exceção: tipologia das defesas. **Revista forense**, Rio de Janeiro, v. 100, n. 376, p. 71-79, nov./dez. 2004.

DIDIER JUNIOR, Fredie. Teoria da exceção: a exceção e as exceções. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 29, n. 116, p. 54-63, jul./ago. 2004.

DIDIER JUNIOR, Fredie. Teoria da exceção: a exceção e as exceções. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 29, n. 116, p. 55, jul./ago. 2004.

DIDIER JUNIOR, Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. **Curso de Direito Processual Civil**: teoria da prova, direito probatório, decisão, precedente, coisa julgada e tutela provisória. 11. ed. rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2016.

DIDIER JUNIOR., Fredie; OLIVEIRA, Rafael. Execução e exceção de contrato não cumprido: notas ao art. 582 do CPC. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 34, n. 172, p. 19-31, jun. 2009.

DIDIER JUNIOR, Fredie. Da exceção: tipologia das defesas. **Revista forense**, Rio de Janeiro, v. 100, n. 376, p. 71-79, nov./dez. 2004.

DIDIER JUNIOR, Fredie. Teoria da exceção: a exceção e as exceções. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 29, n. 116, p. 54-66, jul./ago. 2004.

DIEZ-PICAZO, Luis. **Fundamentos del Derecho Civil Patrimonial**. 6. ed. Madri: Civitas, 2007.

DIFINI, Luiz Felipe Silveira. Das Exceções redibitoria e estimatoria. **Estudos Jurídicos**, São Leopoldo, v. 17, n. 41, p. 93-103 1984.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Execução Civil**. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2002.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Fundamento do Processo Civil Moderno**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2002. t. 1.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil**. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2009. v. 1.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil**. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2009. v. 2.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Intervenção de terceiros**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

DINAMARCO, Cândido Rangel. Os institutos fundamentais do direito processual. **Revista Forense**, Rio de Janeiro, v. 80, n. 288, p. 53-73, out./dez. 1984.

DINAMARCO, Cândido Rangel; CINTRA, Antonio Carlos de Araújo. **Teoria Geral do Processo**. 26. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2010.

DINAMARCO, Cândido Rangel; CINTRA, Antonio Carlos de Araújo. **Teoria Geral do Processo**. 28. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil: Teoria Geral do Direito Civil**. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

DOMINGUES DE ANDRADE, Manuel A. **Noções Elementares de Processo Civil**. Nova ed. rev. e actual. com a colaboração do Prof. Doutor João de Matos Antunes Varela. Coimbra: Coimbra Ed, 1963. v. 1.

DUARTE, Nestor *In*: PELUSO, Cezar (coord.). **Código Civil comentado: doutrina e jurisprudência**. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Manole, 2010.

EHRHARDT JUNIOR, Marcos. Um diálogo entre as normas que disciplinam a prescrição e decadência no CC/02 e no CDC em matéria de vícios redibitórios. *In*: MIRANDA,

Daniel Gomes de; CUNHA, Leonardo Carneiro da; ALBUQUERQUE JÚNIOR, Roberto Paulino de (org.). **Prescrição e Decadência**: estudos em homenagem ao professor Agnello Amorim Filho. JusPodivm, 2013.

ENNECCERUS, Ludwig; NIPPERDEY, Hans Carl; KIPP, Theodor; WOLFF, Martin. **Tratado de Derecho Civil**. 15. rev. por Hans Carl Nipperdey. 3. ed. Barcelona: Bosch, 1981. t. 1. v. 2.

ESPÍNOLA, Eduardo. **Sistema do Direito Civil Brasileiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1960. v. 1.

Eugène. **Tratado Elemental de Derecho Romano**. Buenos Aires: Editorial Universidad, 1994.

EXCEÇÃO. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010. p. 895. p.inicial-final. Não tenho mais acesso ao dicionário consultado.

EXCEÇÃO. In: ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 463.

EXCEÇÃO. In: PEREIRA E SOUSA, Joaquim José Caetano. **Esboço de hum Diccionario Juridico, Theoretico, e Practico, remissivo às leis compiladas, e extravagantes**. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1825. t. 1

FARATH, George Ibrahim. **Um ensaio sobre a ação de Direito Material**. 2014. Tese (Doutorado) Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil**: parte geral e LINDB. 16. ed. atual. e ampl. Salvador: JusPodivm, 2018. v. 1.

FAZZALARI, Elio. **Istituzioni di Diritto Processuale**. 3. ed. Padova: CEDAM, 1983.

FERNANDES, Luís A. Carvalho. **Teoria Geral do Direito Civil**. 2. ed. Lisboa: LEX, 1995, v. 1.

FERRARA, Francisco. **A simulação dos negócios jurídicos**. Tradução A. Bossa. São Paulo: Saraiva, 1939.

FERRAZ JR., Tercio Sampaio. **A ciência do direito**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1980.

FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. **Introdução ao estudo do Direito**: técnica, decisão, dominação. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011.

FERREIRA, Daniel Brantes. **Teoria dos Direitos Subjetivos**: Wesley Newcomb Hohfeld e os conceitos fundamentais do direito. Rio de Janeiro: GZ, 2009.

FERREIRA, Pinto. Exceção. In: FRANÇA, Rubens Limongi (coord.). **Enciclopédia Saraiva do Direito**. São Paulo: Saraiva, 1977. p. 329-332.

FERREIRA, William Santos. Exceção de contrato não cumprido, defesas de mérito direta e indireta, reconvenção e os princípios da concentração e eventualidade –

compatibilizações materiais e processuais. *In*: ASSIS, Araken de (Coord.). **Direito Civil e Processo: estudos em homenagem ao Professor Arruda Alvim**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 543-556.

FLORES, Paulo R. M. Thompson. **Direito Civil parte geral**: das pessoas, dos bens e dos fatos jurídicos. 2. ed. Brasília, DF: Gazeta Jurídica, 2017.

FONTES, André. **A pretensão como situação jurídica subjetiva**. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

FRAGA, Affonso. **Instituições do Processo Civil do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1940. t. 1.

FRANÇA, Rubens Limongi. **Instituições de Direito Civil**: todo o Direito Civil num só volume. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 1999.

FRANÇA, Rubens Limongi. **Jurisprudência das nulidades do ato jurídico**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1986.

FRANÇA, Rubens Limongi. **Manual de Direito Civil**. 4. ed. rev. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980. v. 1.

FREITAS, Augusto Teixeira de. **Consolidação das Leis Cíveis**. 3. ed. augm. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1896.

GAGLIARDI, Rafael Villar. **Exceção de contrato não cumprido**. São Paulo: Saraiva, 2010.

GAIUS. **Institutas do Jurisconsulto Gaio**. Tradução J. Cretella Jr. e Agnes Cretella. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna**. 27. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

GILISSEN, John. **Introdução Histórica ao Direito**. 6. ed. Tradução A. M. Espanha e L. M. Macaísta Malheiros. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

GILISSEN, John. **Introdução Histórica ao Direito**. Tradução A. M. Espanha e M. L. Macaísta Malheiros. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

GOMES, Orlando. **Introdução ao Direito Civil**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1990.

GOMES, Patricia Regina Mendes Mattos Correa. **Pensamento e ação de Joaquim Felício dos Santos: um projeto de código civil oitocentista**. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Prescrição: questões relevantes e polêmicas, *In*: DELGADO, Mário Luiz; ALVES, Jones Figueirêdo (coord.). **Novo Código Civil**: questões controvertidas. São Paulo: Método, 2004. p. 91-101. p. 91-101.

GRAU, Eros Roberto. **Ensaio e discurso sobre a interpretação/aplicação do direito**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

GRINOVER, Ada Pellegrini Grinover; DINAMARCO, Cândido Rangel; CINTRA, Antonio Carlos de Araújo. **Teoria Geral do Processo**. 26. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2010.

GRINOVER, Ada Pellegrini. Princípios e garantias constitucionais. *In*: LIMA, Marcellus; SANTIAGO, Nestor Eduardo Araruna (coord.). **A renovação processual penal após a Constituição de 1988**: estudos em homenagem ao Professor José Barcelos de Souza. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. p. 1-21.

GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel; CINTRA, Antonio Carlos de Araújo. **Teoria Geral do Processo**. 28. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

GUIMARÃES, Hahnemann. **Revogação dos actos praticados em fraude de credores**: segundo o direito romano. Rio de Janeiro: A Encadernadora, 1930.

GUTIÉRREZ-ALVIZ Y ARMARIO, Faustino. **Diccionario de derecho romano**. 3. ed. Madri: Reus, 1982.

HAICAL, Gustavo. Apontamentos sobre o direito formativo extintivo de denúncia no contrato de agência *In*: MARTINS-COSTA, Judith. **Modelos de direito privado**. São Paulo: Marcial Pons, 2014. p. 294-331.

HALPIN, A. K. W. Hohfeld's conceptions: from eight to two. **Cambridge Law Journal**, n. 44, p. 435-457, nov. 1985.

HART, Herbert L. A. **O Conceito de Direito**. 6. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

HART, Herbert Lionel Adolphus. **O conceito de Direito**. 6. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

HEDEMANN, Justus Wilhelm. **Derecho de obligaciones**. Tradução de la ultima ed. alemana con notas de derecho espanol por Jaime Santos Briz. Madri: Revista de Derecho Privado, 1958, v. 3.

HERZOG, Benjamin. A recepção da metodologia de Savigny no Brasil e em Portugal. **Revista de Direito Civil Contemporâneo**, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 279-294, abr./jun., 2016.

HOHFELD, Wesley Newcomb. **Fundamental legal conceptions as applied in judicial reasoning and other legal essays**. New haven: Yale University, 1923.

HULL, N. E. H. Vital Schools of Jurisprudence: Roscoe Pound, Wesley Newcomb Hohfeld, and the Promotion of an Academic Jurisprudential Agenda, 1910-1919. **Journal of Legal Education**, v. 45, n. 2, jun. 1995.

HUNGRIA, Néilson; FRAGOSO, Heleno Cláudio. **Comentários ao Código Penal**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1980. v. 6 arts. 137 ao 154. 5.

HUSIK, Isaac. Hohfeld's jurisprudence. **University of Pennsylvania Law Review**, n. 72, p. 263-277.

IHERING, Rudolf von. **El Espíritu del Derecho Romano em las Diversas Fases de su Desarrollo**. Tradución Enrique Príncipe y Satorres. 2. ed. Granada: Editorial Comares, 2011.

IHERING, Rudolf von. Importancia del Derecho Romano. *In*: PETIT, Eugène. **Tratado elemental de Derecho Romano**. Buenos Aires: Editorial Universidad, 1994. p. inicial-final.

KANT, Immanuel. **Introdução ao Estudo do Direito: doutrina do direito**. Tradução Edson Bini. São Paulo: EDIPRO, 2007.

KASER, Max. **Direito Privado Romano**. Tradução Samuel Rodrigues e Ferdinand Hämmerle. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1999.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. Tradução João Baptista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

KOCOUREK, Albert. The Hohfeld system of fundamental legal concepts. **Illinois Law Review**, n. 15, p. 24-39, 1920-1921.

KUNKEL, Wolfgang. **Historia del Derecho Romano**. 2. ed. Barcelona: Ariel, 1970.

LACAMBRA, Luis Legaz y. **Introucción la ciencia del derecho**. Barcelona: Bosh, 1943.

LACAMBRA, Luis Legaz y. **Introucción la ciencia del derecho**. Barcelona: Bosh, 1943.

LACERDA, Paulo de. **Manual do Codigão Civil Brasileiro**: introdução, da lei em geral, sua retroactividade, revogação e interpretação. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1918. v. 1.

LARENZ, Karl. **Derecho Civil**: parte general. Tradución Miguel Izquierdo y Macías-Picavea. Madrid: Editorial Revista de Derecho Privado, 1978.

LEAL, Antonio Luiz da Camara. **Manual elementar de Direito Civil**. São Paulo: Saraiva, 1930. v. 1.

LEAL, Antonio Luiz da Câmara. **Manual Elementar de Direito Civil**. São Paulo: Saraiva, 1930. v. 1.

LEHMANN, Heinrich. **Parte General**. Tradução Jose M. Navas. Madrid: Editorial Revista de Derecho Privado, 1956. v. 1.

LENT, Friedrich. **Diritto Processuale Civile Tedesco**: il procedimento di cognizione. Tradução Edoardo F. Ricci. Napoli: Morano, 1962.

LEONARDO, Rodrigo Xavier. A prescrição no Código Civil Brasileiro (ou o jogo dos sete erros). **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná**, Curitiba, n. 51, p. 101-120, 2010.

LEVI, Alessandro. **Teoria enerale del Diritto**. 2. ed. Padova: CEDAM, 1967.

LEVI, Alessandro. **Teoria Generale del Diritto**. 2. ed. Padova: CEDAM, 1967.

LIEBMAN, Enrico Tullio. Intorno al rapporti tra azione ed accezione. **Rivista di Diritto Processuale**, Padova, v. 15, n. 3, p. 449-452, lug./sett. 1960.

LIEBMAN, Enrico Tullio. **Manual de Direito Processual Civil**. 3. ed. Tradução Cândido Rangel Dinamarco, 2005. v. 1.

LIMA, Alcides de Mendonça. A nova sistemática das exceções. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 2, n. 5, p. 61-76, jan./mar. 1977.

LIMA, Alcides de Mendonça. **Direito Processual Civil**. São Paulo: Bushatsky, 1977.

LÔBO, Paulo. **Direito Civil**: parte geral. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

LOPES, Caetano Levi. A prescrição pronunciada de ofício e seus reflexos no direito material e no direito processual *In*: DIAS, Ronaldo Brêtas de Carvalho; NEPOMUCENO, Luciana Diniz (coord.). **Processo civil reformado**. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009. p. 73-83.

LOUREIRO, Lourenço Trigo de. **Instituições de Direito Civil brasileiro**. 5. ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1884. t. 1.

LOUREIRO, Lourenço Trigo de. **Instituições de Direito Civil brasileiro**. 5. ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1884. t. 2.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos. Novas tendências na estrutura fundamental do processo civil. **Revista do advogado**, São Paulo, v. 26, n. 88, p. 145-171, nov. 2006.

LUMIA, Giuseppe. **Lineamenti di teoria e ideologia del diritto**. 3. ed. Milano: Giuffrè, 1981. Tradução para o português com adaptações e modificações por TOMASETTI JÚNIOR, Alcides. **Teoria da relação jurídica**. 1999.

MALUF, Carlos Alberto Dabus. **Código Civil comentado**: prescrição, decadência e prova: artigos 189 a 232. *In*: AZEVEDO, Álvaro Villaça (coord.). São Paulo: Editora Atlas, 2009. v. 3.

MALUF, Carlos Alberto Dabus; MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. **Introdução ao Direito Civil**. São Paulo: Saraiva, 2017.

MARCATO, Antonio Carlos. **Das exceções rituais no processo civil brasileiro incompetencia, suspeição e impedimento**. 1989. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

MARCATO, Antonio Carlos. **Procedimentos Especiais**. 16. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2016.

MARCATO, Antonio Carlos. *In*: MARCATO, Antonio Carlos (coord.). **Código de Processo Civil Interpretado**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCHI, Eduardo C. Silveira; RODRIGUES, Dárcio R. M.; MORAES, Bernardo B. Queiroz de. **Comentários ao Código Civil Brasileiro**: estudo comparado e tradução de suas fontes romanas. São Paulo: Editora Atlas, 2013.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Tutela antecipatória e julgamento antecipado**: parte incontroversa da demanda. 5. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. **Curso de Processo Civil**: processo de conhecimento. 12. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. v. 2.

MARQUES, José Frederico. **Elementos de Direito Processual Penal**. 2. ed. São Paulo: Forense, 1965. v. 1.

MARQUES, José Frederico. **Instituições de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 1958. v. 1.

MARQUES, José Frederico. **Instituições de Direito Processual Civil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1966. v. 2.

MARQUES, José Frederico. **Manual de Direito Processual Civil**. São Paulo: Saraiva, 1974. v. 1

MARTINS, Sandro Gilbert. Exceções rituais. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 31, n. 132, p. 261-272, fev. 2006.

MARTINS-COSTA, Judith. **A boa-fé no direito privado: critérios para sua aplicação**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MARTINS-COSTA, Judith. **Comentários ao novo Código Civil: do inadimplemento das obrigações**. Rio de Janeiro: Forense, 2009, v. V, t. 2.

MARTINS-COSTA, Judith. Notas sobre o *dies a quo* do prazo prescricional. **Revista Eletrônica Ad Judicia – REAJ**, Rio Grande do Sul, v. 1, n. 1, p. 4, out./nov./dez., 2013.

MARTINS-COSTA, Judith; BRANCO, Gerson. **Diretrizes teóricas do novo Código Civil brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2002.

MASCARO, Alysson Leandro. **Introdução ao estudo do Direito**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MAZZEI, Rodrigo. A prescrição e a sua pronúncia de ofício: qual a extensão da revogação do art. 194 do código civil. **Revista autônoma de processo**, Juruá, n. 3, p. 119-155, abr./jun. 2007.

MEDICUS, Dieter. **Tratado de las relaciones obligacionales**. Tradução Ángel Martínez Sarrión. Barcelona: Bosh, 1995, v. I.

MEDINA, José Miguel Garcia. **Código de Processo Civil Comentado**: com remissões e notas comparativas ao projeto do novo CPC. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MEIRA, Silvio. **O Código civil do Brasil de 1917**: o Projeto Bevilacqua. [s.l.]: Giuffrè, 1982.

MELLO, André Luis Camargo. Reflexões sobre a prescrição civil à luz da lei n. 11.280/2006. **Lex: jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e Tribunais Regionais Federais**, v. 20, n. 232, p. 9-20, dez. 2008.

MELLO, André Luis Camargo. Reflexões sobre a prescrição civil à luz da lei n. 11.280/2006. **Lex: jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e Tribunais Regionais Federais**, São Paulo, v. 20, n. 232, p. 9-20, dez. 2008.

MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do fato jurídico: plano da eficácia – 1ª Parte**. 8. ed., São Paulo: Saraiva, 2013.

MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do fato jurídico: plano da existência**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do fato jurídico: plano da existência**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do fato jurídico: plano da validade**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MENDES, Castro. **Direito Civil: teoria geral**. Lisboa: Livraria Petrony, 1978.

MENEZES CORDEIRO, A. Barreto. Da simulação no Direito Civil. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2017.

MESQUITA, Luís Miguel de Andrade. **Reconvenção e exceção no processo civil: o dilema da escolha entre a reconvenção e a exceção e o problema da falta de exercício do direito de reconvir**. Coimbra: Almedina, 2009.

MESSINEO, Francesco. **Manuale di Diritto Civile e Commerciale: codici e norme complementari**. 9. ed. Milano: Giuffrè, 1957. v. 1.

Miguel Angel Rosas Lichtschein. **Buenos Aires: Jurídicas Europa-America**, 1064.

MIRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. **Código Penal Interpretado**. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

MIRANDA NETTO, Fernando Gama. Críticas à disciplina da prescrição no Código Civil de 2002, nas reformas processuais e no projeto de Lei n. 8.046 de 2010. **RTDC: Revista Trimestral de Direito Civil**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 52, p. 255-290, out./dez. 2012.

MIRANDA, Custódio da Piedade Ubaldino. **A simulação no direito civil brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 1980; LIMA, Alvino. A fraude no Direito Civil. São Paulo: Saraiva, 1965.

MIRANDA, Daniel Gomes de; CUNHA, Leonardo Carneiro da; ALBUQUERQUE JÚNIOR, Roberto Paulino. (org.). **Prescrição e decadência: estudos em homenagem a Agnelo Amorim Filho**. Salvador: JusPodium, 2013. v. 1. p. 411-422.

MONCADA, Luis cabral de. **Lições de Direito Civil: parte geral**. 4. ed. rev. Coimbra: Almedina, 1995.

MONCADA, Luís S. Cabral de. **A relação jurídica administrativa**: para um novo paradigma de compreensão da atividade, da organização e do contencioso administrativos. Coimbra: Coimbra Ed., 2009.

MONTEIRO, André Luís. O regime das exceções no direito processual civil brasileiro: de mérito e processual, direta e indireta, dilatória e peremptória, exceção e objeção. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 38, n. 216, p-35-55, fev. 2013.

MONTEIRO, João. **Teoria do Processo Civil**. 6. ed. Atualizado por J. M. de Carvalho Santos. Rio de Janeiro: Borsoi, 1956. t. 1.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil**: parte geral. 35. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 1997. v. 1.

MONTEIRO, Washington de Barros; PINTO; Ana Cristina de Barros Monteiro França. **Curso de Direito Civil**: parte geral. 45. ed. São Paulo: Saraiva, v. 1. 2016.

MORAES, Bernardo B. Queiroz de. **Parte geral**: Código Civil: gênese, difusão e conveniência de uma ideia. São Paulo: YK, 2018.

ALVES, José Carlos. **Direito Romano**. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

ALVES, José Carlos. Lições do novo Código Civil português. *In*: ALVES, José Carlos. **A parte geral do Projeto de Código Civil Brasileiro**: subsídios históricos para o novo código civil brasileiro. 2. ed. aum. São Paulo: Saraiva, 2003.

ALVES, José Carlos Moreira. **A parte geral do Projeto de Código Civil Brasileiro**: subsídios históricos para o novo código civil brasileiro. 2. ed. aum. São Paulo: Saraiva, 2003.

MOREIRA, Felipe Augusto de Toledo. Intervenção de terceiros *In*: WAMBIER, Luiz Rodrigues; WANBIER, Terese Arruda Alvim (coord.). **Temas Essenciais do Novo CPC**: análise das principais alterações do sistema processual civil brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

MOREIRA, Guilherme Alves. **Instituições do Direito Civil Português**: parte geral. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1907.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. A Garantia do Contraditório na Atividade de Instrução. **Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 46, p. 231-238, 1981.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. A resposta do réu no sistema do Código de Processo Civil. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 249-270, abr./jun. 1976.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. Exceção de pré-executividade: uma denominação infeliz. *In*: MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Temas de Direito Processual**. São Paulo: Saraiva, 2001. p. 119-121.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. Notas sobre pretensão e prescrição no sistema do novo Código Civil brasileiro. **Revista Forense**, Rio de Janeiro, v. 99. n. 366. p. 119-126, mar./abr. 2003.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Temas de Direito Processual Civil**: segunda série. São Paulo: Saraiva, 1988.

NAVES, Bruno Torquato de Oliveira. **O Direito pela perspectiva da autonomia privada**: relação jurídica, situações jurídicas e teoria do fato jurídico na segunda modernidade. 2. ed. Belo Horizonte: Arraes Editora, 2014.

NERY JUNIOR, Nelson. **Instituições de Direito Civil**: parte geral. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

NERY JUNIOR, Nelson. **Princípios do Processo Civil na Constituição Federal**. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

NERY JÚNIOR, Nelson. Vícios do ato jurídico e reserva mental. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1983.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código Civil Comentado**. 11. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

NERY, Rosa Maria de Andrade; NERY JR., Nelson. **Instituições de Direito Civil**: teoria geral do direito privado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

NERY, Rosa Maria de Andrade; NERY JUNIOR, Nelson. **Instituições de Direito Civil**: parte geral. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

NERY, Rosa Maria de Andrade; NERY JUNIOR, Nelson. **Instituições de Direito Civil**: Teoria Geral do Direito Privado. São Paulo: Revista Dos Tribunais. 2014.

NEVES, Julio Gonzaga Andrade. **A Supressio (Verwirkung) no Direito Civil**. São Paulo: Almedina, 2016.

NONATO, Orosimbo. Da coação como defeito do ato jurídico. Rio de Janeiro: Forense, 1957;

NORONHA, Edgard Magalhães. **Direito Penal**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 1984. v. 2.

NYQUIST, Curtis. Teaching Wesley Hohfeld's Theory of Legal Relations. **Journal of Legal Education**, v. 52, n. 1 e 2, p. 238-257, mar./jun. 2002.

O'REILLY, Daniel T. Are there any fundamental legal conceptions? **University of Toronto Law Journal**, n. 49, p. 271-279, 1999.

OERTMANN, Paul. **Introducción al Derecho Civil**. Traducción Luis Sancho Seral Barcelona: Labor, 1933.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. Comentário ao art. 5º, LV. *In*: CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz (coord.). **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva, Almedina, 2013.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. Garantia do Contraditório. *In*: GARANTIAS constitucionais do processo civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. **Aspectos processuais da exceção de contrato não cumprido**. Salvador: JusPodivm, 2012.

OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. Notas sobre a decisão que acolhe exceção substancial dilatória. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 38, n. 223, p. 101-110, set. 2013.

OLIVEIRA, Rafael. Delimitação conceitual de exceção substancial e distinção entre exceções e objeções substanciais. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 36, n. 193, p. 28-31, mar. 2011.

ORIANI, Renato. Eccezione. **Digesto delle Discipline Privatistiche**: sezione civile. Turim: UTET, 1991, v. 7.

PARENTE, Eduardo de Albuquerque. Reconhecimento de Ofício da Prescrição. *In*: CARMONA, Carlos Alberto (coord.). **Reflexões sobre a reforma do Código de Processo Civil**: estudos em Homenagem a Ada Pellegrini Grinover, Cândido R. Dinamarco e Kazuo Watanabe. São Paulo: Editora Atlas, 2007. p. 183-184.

PAULA BATISTA, Francisco de. **Compendio de Theoria e Pratica do Processo Civil Comparado com o Commercial e de Hermenêutica Jurídica**. 6. ed. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1901.

PEDROSA NOGUEIRA, Pedro Henrique. **Teoria da ação de Direito Material**. Salvador: JusPodivm, 2008.

PENTEADO, Luciano Camargo de. **Direito das Coisas**. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. 19. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2002, v. 1.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**: introdução ao Direito Civil e Teoria Geral de Direito Civil. 19. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2001. v. 1.

PETIT, Eugène. **Tratado elemental de Derecho Romano**. Buenos Aires: Editorial Universidad, 1994.

PICANÇO, Aloysio Tavares. O credo politico de Rui Barbosa e o credo juridico-politico de Clóvis Bevilacqua. **Revista da Academia Brasileira de Ciências Morais e Políticas**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. inicial-final, 1995.

PINTO, Carlos Alberto da Mota. **Teoria Geral do Direito Civil**. 3. ed. atual. Coimbra: Coimbra, 1996.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Comentários ao Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 1973. t. 1.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Comentários ao Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 1974. t. 4.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Fontes e evolução do Direito Civil Brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado das ações**: ação, classificação e eficácia. Atualizado por Nelson Nery Junior e Georges Abboud. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, t. 1.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de Direito Privado**: pessoas físicas e jurídicas. Atual. por Judith Martins-Costa, Gustavo Haical e Jorge Cesar Ferreira da Silva. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. t. 1.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de Direito Privado**: Direito das Obrigações: efeitos das dívidas e das obrigações. Juros. Extinção das dívidas e obrigações. Adimplemento. Arras. Liquidação. Depósito em consignação para adimplemento. Alienação com sub-rogação. Imputação. Compensação. Atual. por Nelson Nery Jr. e Rosa Maria de Andrade Nery. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. t. 24.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de Direito Privado**: direito das obrigações, fontes, espécies. Atualizado por Nelson Nery Jr. e Rosa Maria de Andrade Nery. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. t. 22.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de Direito Privado**: direito das obrigações, representação, fiança, edição e empreitada. Atual. por Claudia Lima Marques e Bruno Miragem. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. t. 44.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de Direito Privado**: exceções, direitos mutilados, exercício dos direitos, pretensões, ações e exceções, prescrição. Atual. por Otavio Luiz Rodrigues Junior, Tilman Quarch e Jefferson Carús Guedes. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. t. 6.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de Direito Privado**: bens e fatos jurídicos. Atual. por Ovídio Rocha Barros Sandoval. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. t. 2.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de Direito Privado**: eficácia jurídica, direitos e ações. Atual. por Marcos Bernardes de Mello e Marcos Ehrhardt Jr. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. t. 6.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de Direito Privado**: eficácia jurídica, direitos e ações. Atual. por Marcos Bernardes de Mello e Marcos Ehrhardt Jr. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. t. 5.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de Direito Privado**: validade, nulidade e anulabilidade. Atual. por Marcos Bernardes de Mello e Marcos Ehrhardt Jr. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. t. 4.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de Direito Privado**: direito das obrigações, fontes, espécies. Atual. por Nelson Nery Jr. e Rosa Maria de Andrade Nery. São Paulo, 2012.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de Direito Privado**: Direito das Coisas. Posse. Atual. por Luiz Edson Fachin. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. t. 1.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado das ações**. 3. ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1970, t. 1.

POVEDA VELASCO, Ignacio Maria. Direito, jurisprudência e justiça no pensamento clássico (greco-romana). **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 101, p. 29, jan./dez., 2006.

PRADO, Augusto César Lukascheck. A (im)possibilidade jurídica da guarda de animais. *Revista de direito civil contemporâneo*, São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 5, v. 14, p. 523-562, jan-mar./2018.

PRADO, Augusto César Lukascheck. A (im)possibilidade jurídica da guarda de animais. **Revista de direito civil contemporâneo**, São Paulo, n. 5, v. 14, p. 523-562, jan-mar./2018.

PUGLIESE, Giovanni. *L'actio* e la "litis contestatio" nella storia del processo romano. **Studi in onore di Enrico Tullio Liebman**. Milano: A. Giuffrè, 1979. v. 1.

PUGLIESE, Giovanni. La *litis contestatio* nel processo formulare. **Rivista di Diritto Processuale**, Padova, v. 6, n. 1, p. 37-64, 1951.

RADIN, Max. A restatement of Hohfeld. **Harvard Law Review**, v. 51, n. 7, p. 1141-1164, may 1938.

RAMALHO, Joaquim Ignácio. **Praxe Brasileira**. São Paulo: Typographia do Ypiranga, 1869.

RANDALL, H. J. Hohfeld on Jurisprudence. **The Law Quarterly Review**, n. 41, p. 86-94, jan. 1925.

RÁO, Vicente. **O direito e a vida dos direitos**. Atualização de Ovídio Rocha Barros Sandoval. 6. ed. anot. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 20074.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de Direito**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

REALE, Miguel. Situações Subjetivas e Direito Subjetivo. **Revista da Faculdade de direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 71, p. 9-24, 1976.

RIBAS, Antonio Joaquim. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1880, v. 1.

RIBAS, Joaquim. **Direito Civil Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1983.

RIBEIRO, J. **Das exceções de acordo com o Código Civil**. Rio de Janeiro: J. Ribeiro dos Santos, 1923.

RIBEIRO, Jacintho. **Das exceções de acordo com o Código Civil**. Rio de Janeiro: J. Ribeiro dos Santos, 1923.

RIZZARDO, Arnaldo. **Introdução ao Direto e Parte geral do Código Civil**. 8. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

ROCHA, Manual Antônio Coelho da. **Instituições de Direito Civil**. Ed. cuidada por Alcides Tomasetti Jr. São Paulo: Saraiva, 1984, t. 1.

RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz. **Direito Civil Contemporâneo: Estatuto Epistemológico, Constituição e Direitos Fundamentais**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019.

RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz. A influência do BGB e da doutrina alemã no direito civil brasileiro do século XX. **Revista dos tribunais**, São Paulo, v. 102, n. 938, p. 79-155, dez. 2013.

RODRIGUES JÚNIOR, Otavio Luiz. **Direito Civil Contemporâneo: estatuto epistemológico, constituição e direitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019.

RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz. **Distinção sistemática e autonomia epistemológica do Direito Civil contemporâneo em face da Constituição e dos Direitos Fundamentais**. Tese. (Live-Docência) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz. Estatuto epistemológico do Direito Civil contemporâneo na tradição de *civil law* em face do neoconstitucionalismo e dos princípios. **O Direito**, Lisboa, v. 143, p. 43-66, 2011.

RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz. **Exceções no Direito Civil: um conceito em busca de um autor?**. Prescrição e decadência: estudos em homenagem ao professor Agnelo Amorim Filho. JusPodivm, 2013.

RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz. O código Beviláqua no cenário internacional. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 178, n. 473, p. 481-517, jan./mar. 2017.

RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz. O código Beviláqua no cenário internacional. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 178, n. 473, p. 481-517, jan./mar., 2017.

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil: parte geral**. 34. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2007, v. 1.

RODRIGUES, Silvio. **Dos Defeitos dos Atos Jurídicos**. 2. ed. São Paulo: Max Limonad, 1962. v. 1.

RODRIGUES, Silvio. **Dos Defeitos dos Atos Jurídicos**. 2. ed. São Paulo: Max Limonad, 1962. v. 2.

ROSA, Eliézer. Exceções em sentido processual. **Revista forense**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 116, p. 380-385, mar./abr. 1948.

ROSENBERG, Leo. **Tratado de Derecho Procesal Civil**. Traducción Angela Romera Vera. Buenos Aires: EJE, 1955. t. 2.

ROSENVALD, Nelson. Prescrição: da exceção à objeção *In*: FARIAS, Cristiano Chaves de *et al.* (org.). **Leituras complementares de direito civil: o direito civil-constitucional em concreto**. 2. ed. São Paulo: JusPodivm, 2009. p. 139-154.

ROSENVALD, Nelson. Prescrição: da exceção à objeção *In*: ROSENVALD, Nelson; BARBOSA, Rogério Monteiro; PEREIRA, Leonardo Moreira (org.). **Questões contemporâneas do direito**. Belo Horizonte: Arraes, 2010. p. 139-154.

ROSS, Alf. “Tu-Tu”. **Revista da Consultoria-Gera do Estado**, Porto Alegre, v. 5. n. 13. p 11-26, dez. 1975.

ROSS, Alf. “Tû-Tû”. **Revista da Consultoria-Geral do Estado**. v. 5. n. 13. p 11-26. Porto Alegre: Instituto de Informática Jurídica, dez. 1975.

ROSS, Alf. **Direito e justiça**. 2. ed. São Paulo: Edipro, 2007.

ROSS, Hamish. Hohfeld and the analysis of rights. *In*: PENNER, James; SCHIFF, David; NOBLES, Richard (Coords.). **Introduction to jurisprudence and legal theory: commentary and materials**. London: Butterworths LexisNexis, 2002. p. 595-647.

RUGGIERO, Roberto de. **Instituições de Direito Civil**: introdução, parte geral, direito das pessoas. Tradução Ary dos Santos. São Paulo: Saraiva, 1934, v. 1. Tradução da 6. ed. italiana, com notas remissivas aos Códigos Civis Brasileiro e Português pelo Dr. Ary dos Santos.

SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino. **Programa de Direito Civil**: parte geral. Texto revisto com anotações e prefácio de José Gomes Bezerra Câmara. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1977.

SANTIAGO, Nestor Eduardo Araruna (coord.). **A Renovação Processual Penal após a Constituição de 1988**: Estudos em homenagem ao Professor José Barcelos de Souza. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

SANTORO-PASSARELLI, Francesco. **Teoria Geral do Direito Civil**. Tradução Manuel de Alarcão. Coimbra: Atlântida, 1967.

SANTOS, João Manuel de Carvalho. **Código Civil Brasileiro Interpretado**: introdução e parte geral. 14. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1986, v. 1.

SANTOS, Moacyr Amaral. Da reconvenção no Direito Brasileiro. 4. ed. correta e atual. São Paulo: Max Limonad, 1973.

SANTOS, Nelson dos. *In*: MARCATO, Antonio Carlos (coord.). **Código de Processo Civil Interpretado**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2008. p.

SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz (coord.). **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva, Almedina, 2013.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Lingüística Geral**. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes e IZidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006.

SAVIGNY, Friedrich Carl Freiherr von. **Sistema del Diritto Romano Attuale**. Tradução V. Scialoja. Torino, 1893. v. 5.

SAVIGNY, Friedrich Carl von. **Metodología Jurídica**. Tradução J. J. Santa Pinter. Buenos Aires: Depalma, 1979.

SAVIGNY, Friedrich Carl von. **Sistema del Diritto Romano Attuale**. Tradução V. Scialoja. Torino, 1893. v. 5.

SCHLAG, Pierre. How to do things with Hohfeld. **Law and Contemporary Problems**, v. 78, n. 1 e 2, p. 185-234, 2015.

SCHMIDT, Jan Peter. Vida e obra de Pontes de Miranda a partir de uma perspectiva alemã – com especial referência à tricotomia “existência, validade e eficácia do negócio jurídico”. **Revista Fórum de Direito Civil**, Belo Horizonte, v. 3, n. 5, p. 135-158, jan./abr. 2014.

SCHÖNKE, Adolfo. **Derecho Procesal Civil**. Barcelona: Bosch, 1950, p. 181. Tradução da 5. ed. alemã.

SCHREIBER, Anderson. **Manual de Direito Civil Contemporâneo**. São Paulo: Saraiva, 2018.

SCHULZ, Fritz. **Derecho Romano Clássico**. Traducción José Santa Cruz Teigeiro. Barcelona: Bosch, 1960. Tradução da edição inglesa.

SCHULZ, Fritz. **Principios del Derecho Romano**. Traducción Manuel Abellan Velasco. Madrid: Civitas, 1990.

SCIALOJA, Vittorio. **Procedimento Civil Romano**: ejercicio y defensas de los derechos. Traducción Santiago Sentis Melendo y Marino Ayerra Redin. Buenos Aires: Ediciones Jurídicas Europa-America, 1954.

SERPA LOPES, Miguel Maria de. **Curso de Direito Civil**: introdução, parte geral e teoria dos negócios jurídicos. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1953. v. 1.

SERPA LOPES, Miguel Maria de. **Exceções substanciais**: exceção de contrato não cumprido (*exceptio non adimpleti contractus*). Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1959.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. **Direito de defesa e tutela jurisdicional**: estudo sobre a posição do réu no processo civil brasileiro. 2008. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. **O direito de defesa no processo civil brasileiro**: um estudo sobre a posição do réu. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico**. Atual. por Nagib Slaibi Filho, Priscila Pereira Vasques Gomes. 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 36. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2013.

SILVA, Maurício. **O novo acordo ortográfico da Língua Portuguesa: o que muda e o que não muda**. São Paulo: Contexto, 2008.

SILVA, Ovídio A. Baptista da. Direito subjetivo, pretensão de direito material e ação. **Revista da AJURIS**, Porto Alegre, n. 29, nov. 1983.

SILVA, Ovídio A. Baptista da. Direito material e processo. **Revista Magister de direito civil e processual civil**, v. 1, n. 1, p. 5-29, jul./ago. 2004.

SILVA, Ovídio A. Baptista da; GOMES, Fábio Luiz. Teoria geral do processo civil. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

SILVA, Ovídio Araújo Baptista da. **Curso de Processo Civil**. 8. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2008. v.1, t. 1.

SILVA, Ovídio Baptista da. Direito subjetivo, pretensão de direito material e ação. **Revista da AJURIS**, Porto Alegre, n. 29, p. 4, p. 99-126, nov. 1983.

SILVA, Patrick Lendl. **Fatos jurídicos: teoria e prática**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2011.

SIMÃO, José Fernando. **Prescrição e decadência: início dos prazos**. São Paulo: Atlas, 2013.

SIMÕES, Marcel Edvar. O poder familiar na teoria geral do direito privado. Investigações de direito brasileiro e português. **Revista de Direito de Família e das Sucessões**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 133-155, jul./set., 2014.

SIMÕES, Marcel Edvar. **Transmissão em direito das obrigações: cessão de crédito, assunção de dívida e sub-rogação pessoal**. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SINGER, Joseph William. The legal rights debate in analytical jurisprudence from Bentham to Hohfeld. **Wisconsin Law Review**, n. 975, p. 975-1059, 1982.

SIQUEIRA, Cleanto Guimarães. **A defesa no processo civil: as exceções substanciais no processo de conhecimento**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

SOLON, Ari Marcelo. **Dever Jurídico e Teoria Realista do Direito**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2000.

STONE, Roy L. An Analysis of Hohfeld. **Minnesota Law Review**, v. 48, p. 313-337, 1963-1964.

TABOSA, Fábio In: MARCATO, Antonio Carlos (coord.). **Código de Processo Civil interpretado**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

TAVARES, José. **Os princípios fundamentais do Direito Civil: teoria geral do direito civil**. 2. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1929, v. I

TEIXEIRA DE FREITAS, Augusto. **Nova apostila à censura do senhor Alberto de Morae Carvalho sobre o projecto do Código Civil portuguez.** Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1859.

THEODORO JR., Humberto. **Curso de Direito Processo Civil: teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento e procedimento comum.** 58. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017, p. 906;

THEODORO JUNIOR, Humberto. **Comentários ao novo Código Civil:** dos atos jurídicos lícitos, dos atos ilícitos, da prescrição e da decadência, da prova. Coordenador Sálvio Figueiredo Teixeira. Rio de Janeiro: Forense, 2005. v. 3.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil:** teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento e procedimento comum. 58. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017. v. 1.

THEODORO Júnior, Humberto. **Fraude contra credores:** a natureza da sentença pauliana. 2. ed. rev. atual. e ampl. Belo Horizonte: DelRey, 2001;

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Prescrição : liberdade e dignidade da pessoa humana. **Revista dialética de direito processual**, São Paulo, n. 40, p. 70, jul. 2006.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Prescrição: ação, exceção e pretensão. **Revista Magister: Direito Civil e Processual Civil**, Porto Alegre, v. 9, n. 51, p. 22-39, nov./dez. 2012.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Prescrição: liberdade e dignidade da pessoa humana. **Revista Dialética de Direito Processual**, São Paulo, n. 40, p. 64-78, jul. 2006.

THON, Augusto. **Norma Giuridica e Diritto Soggettivo: indagini di teoria generale del diritto.** 2. ed. Tradução Alessandro Levi. Milan: PADOVA, 1951.

TOBENÑAS, Jose Castan. **Situaciones Juridicas Subjetivas.** Madri: Reus, 1963.

TOMASETTI JÚNIOR, Alcides. A propriedade privada entre o direito civil e a Constituição. **Revista de Direito Mercantil industrial, econômico e financeiro**, São Paulo, v. 41, n. 126, p. 123-127, abr./jun. 2002.

TOMASETTI JÚNIOR, Alcides. Comentário ao Recurso de Apelação n. 212.726-1/8. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 723, n. 85, p. 204-223, jan. 1996

TOMASETTI JÚNIOR, Alcides. Comentários aos arts. 1º a 13 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991. In: OLIVEIRA, Juarez de (coord.). **Comentários à lei de locações de imóveis urbanos.** São Paulo: Saraiva, 1992. p. 2-172.

TOMASETTI JÚNIOR, Alcides. **Execução do contrato preliminar.** 1982. Tese (Doutorado) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

TOMASETTI JÚNIOR. Alcides. **Teoria da relação jurídica.** 1999. Mimeo.

TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo. O legado do Código Civil de 1916. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 111, p. 85-100, jan./dez. 2016.

TORNAGHI, Hélio. **Compêndio de Processo Penal**. Rio de Janeiro: J. Konfino, 1967 t. 1.

TORNAGHI, Hélio. Da exceção no direito comparado. *Revista jurídica*, Porto Alegre, v. 3, n. 18, p. 17-27, nov./dez. 1955.

TORNAGHI, Hélio. **Instituições de Processo Penal**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 1977. v. 1.

TUCCI, José Rogério Cruz e. Aspectos atuais do conceito de “exceção substancial” a partir da teoria chiovendiana. *In*: TUCCI, José Rogério Cruz e. **Temas polêmicos de processo civil**. São Paulo: Saraiva, 1990. p. 1-13.

TUCCI, José Rogério Cruz e; AZEVEDO, Luiz Carlos de. **Lições de história do Processo Civil romano**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.

VALÉRIO, João Norberto Vargas. Decretação da prescrição de ofício: óbices jurídicos, políticos, sociais, lógicos, culturais e éticos. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Rio de Janeiro, 72, n. 2, p. 112-126, maio/ago. 2006.

VAMPRÉ, Spencer. **Manual de Direito Civil brasileiro**: Theoria Geral do Direito Civil e Direito de Família. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1920. v. 1.

VARELA, Antunes; BEZERRA, J. Miguel; NORA, Sampaio e. **Manual de Processo Civil**. 2. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2004.

VARELA, João de Matos Antunes. **Das obrigações em geral**. 10. ed. Coimbra: Almedina, 2000, v. 1.

VARELA, João de Matos Antunes. **Direito de Família**: direito matrimonial. Lisboa: Livraria Petrony, 1982.

VASCONCELLOS, Manoel da Cunha Lopes *et al.* **Digesto ou Pandectas do Imperador Justiniano**. São Paulo: YK, 2017. v. 1.

VASCONCELOS, Pedro Pais de. **Teoria Geral do Direito Civil**. 3. ed. Coimbra: Almedina, 2005.

VELASCO, Ignacio M. Poveda. Três vultos da cultura jurídica brasileira: Augusto Teixeira de Freitas, Tobias Barreto de Menezes e Clóvis Beviláqua. *In*: BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. (org.). **História do direito brasileiro**: leituras da ordem jurídica nacional. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

VELOSO, Waldir Pinho. Exceções dilatórias e peremptórias. **ADV Advocacia Dinâmica**: Informativo Semanal, 6 jun., v. 17, n. 23, p. 299-297, 1997.

VELOSO, Zeno. Invalidade do negócio jurídico: nulidade e anulabilidade. Belo Horizonte: DelRey, 2002.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**: parte geral. 18. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2018. v. 1.

VILANOVA, Lourival. **As estruturas lógicas e o sistema do direito positivo**. 4. ed. São Paulo: Noeses, 2010.

VILANOVA, Lourival. **Causalidade e relação no direito**. Recife: OAB, 1985.

VILANOVA, Lourival. Níveis de linguagem em Kelsen (norma jurídica/proposição jurídica). **Nomos**: Revista do Curso de Mestrado em Direito da UFC, Fortaleza, v. 4, n. 1/2, p. 22-61, 1982.

VILANOVA, Lourival. Norma jurídica – proposição jurídica: significação semiótica. **Revista de Direito Público**, v. 15, n. 61, p. 12-26, jan./mar. 1982.

VILLEY, Michel. **Direito Romano**. Tradução Fernando Couto. Porto: Rés-Editora, 1991.

VON TUHR, Andreas. **Derecho Civil**: teoría general del Derecho Civil alemán. Tradução Tito Ravà. Buenos Aires: DEPALMA, 1946. v. 1.

VON TUHR, Andreas. **Derecho Civil**: Teoría General del Derecho Civil Alemán. Traducción Tito Ravà. Buenos Aires: DPALMA, 1947. v. 2.

VON TUHR, Andreas. **Parte general del derecho civil**. Traducción Wenceslao Roces. Granada: Editorial Comares, 2006.

VON TUHR, Andreas. **Tratado de las obligaciones**. Traducción W. Roces. Madrid: Editorial Reus, 1934. t. 1.

WACH, Adolf. **Manual e Derecho Procesal Civil**. Tradução A. Banzhaf. Buenos Aires: EJE, 1977, v. I.

WIEACKER, Franz. **História do direito privado moderno**. 5. ed. Tradução A. M. Botelho Hespanha. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

WINDSCHEID, Bernhard. **Diritto delle Pandette. Nuova ristampa stereotipa**. Traducción Carlo Fadda e Paolo Emilio Bensa. Torino: Torinese, 1925. v. 1.

WINDSCHEID, Bernhard. La “actio” del derecho civil romano, desde el punto de vista del derecho actual. In: WINDSCHEID, Bernhard; MÜLLER, Theodor. **Polemica sobre la “actio”**. Traducción Tomás A. Banzhaf. Buenos Aires: Ed. Juridicas Europa-america, 1974. p.

WINDSCHEID, Bernhard; MÜLLER, Theodor. **Polemica sobre la “actio”**. Traducción Tomás A. Banzhaf. Buenos Aires: Ed. Juridicas Europa-america, 1974.

YARSHELL, Flávio Luiz. **Antecipação da prova sem o requisito da urgência e direito autônomo à prova**. São Paulo: Malheiros, 2009.

ZANZUCCHI, Marco Tullio. **Diritto Processuale Civile**: introduzione e parte generale. 6. ed. Milano: Giuffrè, 1964, v. 1.

ZIMMERMANN, Reinhard. **The New German Law of Obligations**: Historical and Comparative Perspectives. Oxford: Oxford Press, 2006.

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA CITADA

STJ. REsp 142.939/SP, Rel. Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, Terceira Turma, julgado em 20/08/1998, DJ 13/10/1998, p. 93;

STJ. REsp 673.773/RN, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Rel. p/ Acórdão Ministro Ari Pargendler, Terceira Turma, julgado em 15/3/2007, DJ 23/4/2007, p. 256;

STJ. REsp 869.354/RS, Rel. Ministro Humberto Gomes de Barros, Rel. p/ Acórdão Ministro Ari Pargendler, Terceira Turma, julgado em 14/06/2007, DJ 24/09/2007, p. 294;

STJ. AgRg no Ag 860.679/SP, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, julgado em 13/11/2007, DJ 10/12/2007, p. 303;

STJ. REsp 780.774/SP, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 7/10/2008, DJe 23/10/2008;

STJ. REsp 657.002/SP, Rel. Ministro Vasco Della Giustina (Desembargador convocado do TJ/RS), Terceira Turma, julgado em 11/5/2010, DJe 24/5/2010;

STJ. REsp 781.427/SC, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 19/8/2010, DJe 9/9/2010;

STJ. REsp 867.772/ES, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turma, julgado em 19/8/2010, DJe 10/9/2010;

STJ. REsp 1112524/DF, Rel. Ministro Luiz Fux, Corte Especial, julgado em 01/09/2010, DJe 30/09/2010;

STJ. AgRg no REsp 1273356/SP, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Terceira Turma, j.em 25.11.2014, D/e 12.12.2014;

STJ. AgRg no AREsp 385.662/DF, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, j. em 12.02.2015, DJe 06.04.2015;

STJ. REsp 1524730/MG, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 18/8/2015, DJe 25/8/2015;

STJ. REsp 1408861/RJ, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 20/10/2015, DJe 06/11/2015.

STJ. AgRg no REsp 1419319/AL, Rel. Ministro Olindo Menezes (Desembargador convocado do TRF 1ª Região), Primeira Turma, julgado em 17/12/2015, DJe 03/02/2016;

STJ. AgRg no REsp 1577607/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 19/04/2016, DJe 27/05/2016;

STJ. REsp 1334442/RS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Rel. p/ Acórdão Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 07/06/2016, DJe 22/08/2016;

STJ. REsp 1280825/RJ, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 21/06/2016, DJe 29/08/2016;

STJ. REsp 1600901/MA, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, julgado em 15/09/2016, DJe 29/09/2016;

STJ. AgInt no AREsp 876.731/DF, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 15/09/2016, DJe 30/09/2016;

STJ. REsp 1631874/SP, Rel. Ministra Nancy Andrichi, Terceira Turma, julgado em 25/10/2016, DJe 09/11/2016;

STJ. AgRg no AREsp 827.147/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 17/11/2016, DJe 29/11/2016;

STJ. REsp 1281594/SP, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 22/11/2016, DJe 28/11/2016;

STJ. REsp 1644048/PR, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 21/02/2017, DJe 18/04/2017;

STJ. AgInt no AgInt no AREsp 1004912/SP, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 03/10/2017, DJe 06/10/2017;

STJ. REsp 1694322/SP, Rel. Ministra Nancy Andrichi, Terceira Turma, julgado em 07/11/2017, DJe 13/11/2017;

STJ. REsp 1696993/DF, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 24/10/2017, DJe 19/12/2017;

STJ. REsp 1573595/RJ, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 21/11/2017, DJe 30/11/2017;

STJ. REsp 1368677/MG, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 05/12/2017, DJe 15/02/2018;

STJ. REsp 1656298/SP, Rel. Ministro Lázaro Guimarães (Desembargador convocado do TRF 5ª Região), Quarta Turma, julgado em 20/02/2018, DJe 27/02/2018;

STJ. REsp 1622471/DF, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 22/03/2018, DJe 01/06/2018;

STJ. REsp 1724719/SP, Rel. Ministra Nancy Andrichi, Rel. p/ Acórdão Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 15/05/2018, DJe 05/06/2018;

STJ. AgInt no AREsp 1020357/SP, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 22/5/2018, DJe 1/6/2018;

STJ. AgInt no REsp 1675622/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 16/8/2018, DJe 21/8/2018;

STJ. REsp 1696899/RS, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 18/09/2018, DJe 21/09/2018;

STJ. REsp 1561671/SP, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 2/10/2018, DJe 8/10/2018;

STJ. REsp 1724544/SP, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, julgado em 02/10/2018, DJe 08/10/2018;

STJ. REsp 1713167/SP, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 19/06/2018, DJe 09/10/2018;